



EDITAL

Pregão Presencial nº PPRP-22/2019	Data de Abertura: 20/11/2019 às 09:00h. Local: Sede da Comissão Permanente de Pregão - Praça 7 de Setembro, Nº 635, Centro, Palmácia/CE.	
SRP? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Reserva de quota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Objeto: Registro de preços visando aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanentes, para atender as necessidades das unidades básicas de saúde, junto à Secretaria de Saúde do Município de Palmácia/ce, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e edital	Cadastro de Reserva? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Margem de preferência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Valor total estimado: R\$ 280.473,83 (duzentos e oitenta mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos).	Vistoria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Facultado

Prazo para protocolo/recebimento dos envelopes contendo propostas e documentação: até 20/11/2019 às 09:00h , na Sede da Comissão Permanente de Pregão.	
Pedidos de esclarecimentos: até 18/11/2019.	Impugnações: até 18/11/2019.

Documentos de habilitação	
Requisitos básicos e específicos:	Requisitos específicos:
Documentação exigida: itens 7.1 ao 7.5 do Edital.	Documentação exigida: item 7.6.1 e 7.6.2 do Edital;

Lotes 1,2,3
Adjudicação e Homologação: vencedora por lote.

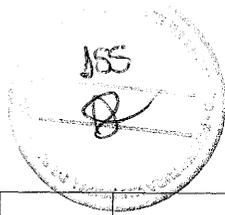
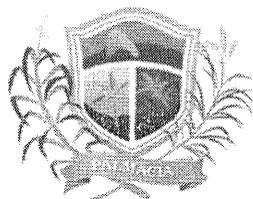
Local de entrega/execução: Em até 05 (CINCO) DIAS, a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRAS E/OU AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO, nos locais determinados pela solicitante.
--

Acompanhe as informações dos Processos licitatórios do Governo Municipal de Palmácia pelo endereço: https://www.tce.ce.gov.br/ , selecionando as opções Municípios > Portal de licitações dos municípios > selecionar em busca rápida: Palmácia > Licitações abertas. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Licitações do Tribunal de Contas Estado do Ceará

REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS:

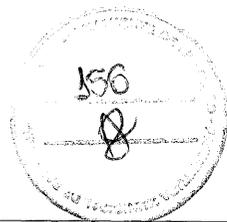
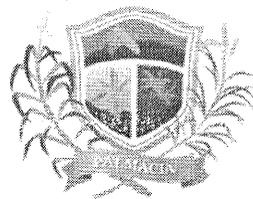
LOTE 01 – MATERIAIS DE CONSUMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
1	ABRIDOR DE BOCA (BLOCO DE MORDIDA), TAMANHO INFANTIL, MATERIAL SILICONE ATÓXICO, AUTOCLAVÁVEL, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO.	12	UNIDADE	R\$15,60	R\$ 187,20
2	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE (EMBALAGEM COM 5L)	150	UNIDADE	R\$13,78	R\$ 2.067,00
3	APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH MATERIAL HASTE PLÁSTICA DOBRÁVEL E PONTA ATIVA COM FIBRAS NÃO ABSORVENTES ISENTAS DE FIAPOS FORMATO ESFEROIDAL, TAMANHO FINO, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO, TUBO COM 100 UND.	100	TUBO	R\$14,69	R\$ 1.469,00
4	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA (AGULHAS ESTERILIZADAS DESCARTÁVEIS, FABRICADAS EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM NIQUELAÇÃO GALVÂNICA, CURTA 22 MM)/ CAIXA COM 100 UNIDADES	120	CAIXA	R\$57,20	R\$ 6.864,00





EDITAL

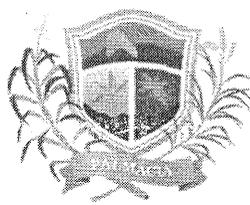
5	AGULHA DESCARTÁVEL TIPO GENGIVAL LONGA - 27 G. MATERIAL CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, PONTA BISEL TRIFACETADO, CONEXÃO ADAPTÁVEL A SERINGA CARPULE. COM PROTETOR PLÁSTICO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	60	CAIXA	R\$57,20	R\$ 3.432,00
6	ALGODÃO EM ROLETES Nº 2 PARA USO ODONTOLÓGICO, FABRICADO EM 100 % FIBRAS DE ALGODÃO, EM FORMATO CILÍNDRICO (EMBALAGEM COM 100 UNIDADES)	1000	PACOTE	R\$2,86	R\$ 2.860,00
7	AMÁLGAMA EM CÁPSULAS GS- 80 (40% DE PRATA; 31,3% DE ESTANHO, 28,7% DE COBRE E 47,9% DE MERCÚRIO). CAIXA COM 50 CÁPSULAS	30	CAIXA	R\$148,20	R\$ 4.446,00
8	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL À BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 (CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8 ML)	60	CAIXA	R\$154,86	R\$ 9.291,60
9	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL À BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM FENILEFRINA 1:100.000 (CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8 ML)	200	CAIXA	R\$88,14	R\$ 17.628,00
10	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL À BASE DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 (CAIXA CONTENDO 5 BLISTERES COM 10 TUBETES DE 1,8ML)	60	CAIXA	R\$172,38	R\$ 10.342,80
11	ANESTÉSICO TÓPICO GEL À BASE DE BENZOCAÍNA 200MG/G (POTE COM 12G SABOR TUTTI-FRUTTI)	80	UNIDADE	R\$12,01	R\$ 960,80
12	ANTISSÉPTICO BUCAL À BASE DE DIGLUCONATO DE COLEXIDINA NA CONCENTRAÇÃO 0,12% (EMBALAGEM COM 1L)	200	UNIDADE	R\$28,34	R\$ 5.668,00
13	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (COMPOSIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACA AUTO-ENDURECÍVEL E RÍGIDA - CONTEÚDO: UM TUBO DE PASTA BASE COM 13G E UM TUBO DE PASTA CATALISADORA COM 11G + BLOCO DE MISTURA)	20	CAIXA	R\$24,57	R\$ 491,40
14	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO DE ALTA VISCOSIDADE PARA RESTAURAÇÃO, CONDENSÁVEL, RADIOPACO, QUIMICAMENTE ATIVADO, INDICADO PARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO ATRAUMÁTICA. (ART). TEMPO DE PRESA MÁXIMO DE 3 MINUTOS E 30 SEGUNDOS. COR A3 OU A3,5. CONJUNTO CONTENDO FRASCO DE PÓ COM, NO MÍNIMO, 12 G, FRASCO DE LÍQUIDO COM, NO MÍNIMO, 6 ML, COLHER DOSADORA.	120	CAIXA	R\$187,20	R\$ 22.464,00
15	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO (QUIMICAMENTE ATIVADO) EM CÁPSULAS. CAIXA COM 50 CÁPSULAS. COR A2.	80	CAIXA	R\$291,20	R\$ 23.296,00
16	CIMENTO RESTAURADOR À BASE DE IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL. EMBALAGEM COM 6G LÍQUIDO + 10G PÓ + ACESSÓRIOS)	60	CAIXA	R\$156,00	R\$ 9.360,00
17	CONDICIONADOR ÁCIDO PARA ESMALTE E DENTINA (GEL BAIXA VISCOSIDADE, DE BASE AQUOSA, CONTENDO ÁCIDO FOSFÓRICO 37%/ SERINGA 2,5ML).	300	UNIDADE	R\$2,47	R\$ 741,00
18	CUNHAS ANATÔMICAS DE MADEIRA SORTIDAS COLORIDAS (FABRICADAS EM MADEIRA ESPECIAL, COM FORMATO ANATÔMICO DA AMEIA, SEM FARPAS E TINGIDAS COM PIGMENTOS ATÓXICOS) / EMBALAGEM COM 100 UNIDADES)	100	CAIXA	R\$13,39	R\$ 1.339,00
19	CURATIVO ALVEOLAR COMPOSTO POR PRÓPOLIS 10%, IODOFÓRMIO 5%, CERA DE ABELHA E ESPESSANTE/ APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 10 G OU DUAS SERINGAS DE 3 G COM 3 BICOS APLICADORES	28	FRASCO	R\$34,06	R\$ 953,68
20	DETERGENTE MULTENZIMÁTICO (DETERGENTE À BASE DE QUATRO ENZIMAS- AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOHIDRASE) / EMBALAGEM CONTENDO 1L	120	FRASCO	R\$34,84	R\$ 4.180,80
21	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS CORPO EM PLÁSTICO COM HASTES METÁLICAS DE LATÃO.	20	UNIDADE	R\$7,41	R\$ 148,20
22	ESCOVAS DE ROBSON FORMATO CÔNICO, COM CERDAS MACIAS DE NYLON BRANCO OU PRETO	600	UNIDADE	R\$2,21	R\$ 1.326,00
23	ESCOVAS DE ROBSON FORMATO PLANO, COM CERDAS MACIAS DE NYLON BRANCO OU PRETO	1000	UNIDADE	R\$2,31	R\$ 2.310,00
24	ESCOVAS DENTAIS INFANTIS COM CABO ERGONÔMICO, CABEÇA FLEXÍVEL, CERDAS DE NYLON RETAS E MACIAS.	3.600	UNIDADE	R\$1,01	R\$ 3.636,00
25	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLISADA- OBTIDA DE GELATINA LIOFILIZADA REABSORVÍVEL E PESO NÃO SUPERIOR A 10 G (EMBALAGEM COM 10 UNIDADES)	40	CAIXA	R\$58,89	R\$ 2.355,60
26	FICHA CLÍNICA SIMPLES TAMANHO 10 X 14CM (PACOTE COM 100 UNIDADES)	10	PACOTE	R\$16,90	R\$ 169,00
27	FICHA PARA RX X 2 FUIROS DE PAPEL 200G (EMBALAGEM COM 100 UNIDADES)	15	PACOTE	R\$16,90	R\$ 253,50
28	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO PERIAPICAL E- SPEED PARA	10	CAIXA	R\$257,40	R\$ 2.574,00



EDITAL

	TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA- ORAIS (FILME TAMANHO 2, 3 X 4 CM)/ EMBALAGEM COM 150 PELÍCULAS				
29	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL INSIGHT IP 01 PERIAPICAL PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA- ORAIS (FILME VELOCIDADE F, TAMANHO 01- 22 X 35 MM)/ EMBALAGEM COM 100 PELÍCULAS	5	CAIXA	R\$328,90	R\$ 1.644,50
30	FIO DENTAL (FIO DENTAL TRADICIONAL CLÁSSICO COM MICROFILAMENTOS EM VÁRIAS TORÇÕES) / EMBALAGEM COM 100 M).	100	TUBO	R\$4,29	R\$ 429,00
31	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA DE AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL 7 MM (0,5 X 7 X 500MM) / CAIXA COM 1 UNIDADE	60	CAIXA	R\$2,73	R\$ 163,80
32	FITA BANDA MATRIZ DE POLIÉSTER (EMBALAGEM COM 50 UNIDADES/ TAMANHO 10 X 120 X 0,5 MM)	50	PACOTE	R\$2,73	R\$ 136,50
33	FIXADOR ODONTOLÓGICO DESTINADO AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA- ORAIS FRASCO COM 475 ML	20	FRASCO	R\$22,88	R\$ 457,60
34	FLUOR GEL ACIDULADO (FLUOR FOSFATO ACIDULADO 1,23%, PIGMENTADO SABOR TUTTI-FRUTTI (EMBALAGEM COM 200 ML/ 208 G)	50	TUBO	R\$7,93	R\$ 396,50
35	FLUOR GEL NEUTRO (TRANSPARENTE, COM FLUORETO DE SÓDIO A 2%, SABOR (EMBALAGEM COM 200 ML/ 208 G)	150	TUBO	R\$7,93	R\$ 1.189,50
36	FORMOCRESOL (SOLUÇÃO CONSTITUÍDA POR MISTURA DE FORMALDEÍDO, O-CRESOL, GLICERINA E ÁGUA PURIFICADA)/ FRASCO COM 10 ML	15	FRASCO	R\$7,80	R\$ 117,00
37	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO CAPEADOR PULPAR PRÓ-ANÁLISE (COMPOSTO POR 100% DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PURO NA FORMA DE PÓ) / EMBALAGEM COM 10G	30	UNIDADE	R\$8,29	R\$ 248,70
38	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO COM COMPOSIÇÃO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLÍMEROS (EMBALAGEM COM 38 G DE PÓ + 15 ML DE LÍQUIDO)	28	CAIXA	R\$39,52	R\$ 1.106,56
39	OBTURADOR PROVISÓRIO, RADIOPAÇO, PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO DAS CAVIDADES DENTÁRIAS. CIMENTO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO/ SULFATO DE ZINCO. EMBALAGEM COM UNIDADE CONTENDO 20 G.	28	UNIDADE	R\$12,74	R\$ 356,72
40	ÓCULOS PROTEÇÃO, COMPOSIÇÃO LENTES DE POLICARBONATO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, HASTES DE PLÁSTICO COM REGULAGEM DE COMPRIMENTO, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO.	12	UNIDADE	R\$28,34	R\$ 340,08
41	ÓLEO LUBRIFICANTE SPRAY PARA PEÇAS DE MÃO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÕES, ATÓXICO E SEM FLUOR CLORO CARBONO)/ TUBO COM CONTEÚDO DE 200ML	50	UNIDADE	R\$38,74	R\$ 1.937,00
42	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO DUPLA FACE (CARTELA COM 12 UNIDADES)	150	CARTELA	R\$2,60	R\$ 390,00
43	PASTA PROFILÁTICA PARA PROFILAXIA DENTAL E POLIMENTO CORONAL SABOR MENTA OU TUTTI-FRUTTI (EMBALAGEM COM 90G)	80	UNIDADE	R\$13,00	R\$ 1.040,00
44	PEDRA POMES EM PÓ ABRASIVO EXTRA- FINO (EMBALAGEM COM 100G)	20	POTE	R\$9,10	R\$ 182,00
45	PONTAS DE SILICONE FLEXÍVEIS IMPREGNADAS COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS (CAIXA COM SETE PONTAS EM FORMATO DE CHAMA DE VELA)	20	CAIXA	R\$175,24	R\$ 3.504,80
46	PONTAS DE SILICONE FLEXÍVEIS IMPREGNADAS COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS (CAIXA COM SETE PONTAS EM FORMATO DE DISCO)	15	CAIXA	R\$175,24	R\$ 2.628,60
47	PONTAS DE SILICONE FLEXÍVEIS IMPREGNADAS COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS (CAIXA COM SETE PONTAS EM FORMATO DE TAÇA)	12	CAIXA	R\$175,24	R\$ 2.102,88
48	PLACA DE VIDRO 10 MM PARA USO ODONTOLÓGICO	12	UNIDADE	R\$18,20	R\$ 218,40
49	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A1 DENTINA	60	TUBO	R\$83,20	R\$ 4.992,00
50	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA	80	TUBO	R\$83,20	R\$ 6.656,00

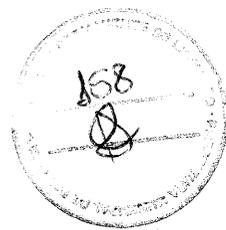
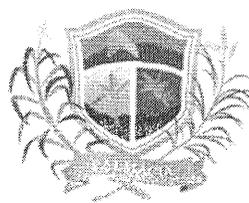
7



EDITAL

	CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A2 ESMALTE				
51	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A2 DENTINA	80	TUBO	R\$83,20	R\$ 6.656,00
52	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3 ESMALTE	150	TUBO	R\$83,20	R\$ 12.480,00
53	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3 DENTINA	80	TUBO	R\$83,20	R\$ 6.656,00
54	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3,5 ESMALTE	60	TUBO	R\$83,20	R\$ 4.992,00
55	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3,5 DENTINA	100	TUBO	R\$83,20	R\$ 8.320,00
56	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR B1 DENTINA	40	TUBO	R\$83,20	R\$ 3.328,00
57	REVELADOR ODONTOLÓGICO DESTINADO AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA- ORAIS FRASCO COM 475 ML	28	FRASCO	R\$20,80	R\$ 582,40
58	SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL (SELANTE RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM FLUOR-SERINGA COM 2,5G)	80	UNIDADE	R\$54,60	R\$ 4.368,00
59	SISTEMA ADESIVO MONOCOMPONENTE FOTOPOLIMERIZÁVEL CONVENCIONAL DE DOIS PASSOS PARA ESMALTE E DENTINA (NANOPARTÍCULAS E SOLVENTE À BASE DE ETANOL) EMBALAGEM COM 6ML	120	FRASCO	R\$59,80	R\$ 7.176,00
60	SOLUÇÃO AQUOSA DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2%, PARA DESINFECÇÃO DE PREPAROS CAVITÁRIOS (FRASCO COM 100 ML)	100	FRASCO	R\$21,71	R\$ 2.171,00
61	SOLUÇÃO EVIDENCIADORA DE PLACA BACTERIANA A BASE DE FUCSINA. FRASCO COM 10ML	60	FRASCO	R\$10,66	R\$ 639,60
62	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA PARA USO TÓPICO, À BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO (FRASCO COM 10 ML)	30	FRASCO	R\$28,52	R\$ 855,60
63	SUGADOR ODONTOLÓGICO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL (TUBO E PONTEIRA ATÓXICOS, COM ARAME EM AÇO ESPECIAL. PONTEIRA MACIA E AROMATIZADA)/ EMBALAGEM COM 40 UNIDADES	800	PACOTE	R\$8,84	R\$ 7.072,00
64	SUGADOR/ ASPIRADOR ENDODÔNTICO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL (TUBO E PONTEIRA ATÓXICOS. PONTEIRA	30	PACOTE	R\$20,54	R\$ 616,20

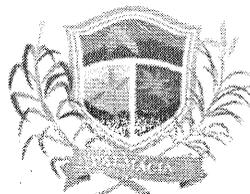




EDITAL

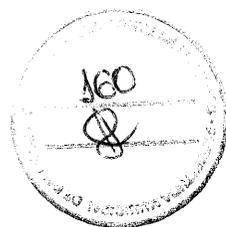
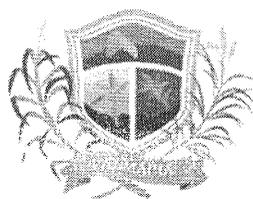
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
	COLORIDA E MALEÁVEL/ EMBALAGEM COM 20 UNIDADES				
65	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL, EM MATERIAL PLÁSTICO, ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	500	UNIDADE	R\$1,82	R\$ 910,00
66	TIRA DE LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE FACES PROXIMAS (TAMANHO 125 MM X 6,0MM X 0,12 MM)/ CARTELA COM 12 UNIDADES)	20	CARTELA	R\$10,27	R\$ 205,40
67	TIRAS DE LIXA DE POLIÉSTER PARA- ACABAMENTO PROXIMAL DE RESTAURAÇÕES CAIXA COM 150 UNIDADES (COSTADO EM POLIÉSTER, COM COBERTURA DE MICROPARTICULAS DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO. POSSUI CENTRO NEUTRO PARA FACILITAR A INTRODUÇÃO NA AMEIA; GRANULAÇÕES: MÉDIA E FINA. DUAS GRANULAÇÕES EM UM ÚNICO PRODUTO.	50	CAIXA	R\$11,70	R\$ 585,00
68	TRICRESOL FORMALINA (SOLUÇÃO CONSTITUÍDA POR MISTURA DE FORMALDEÍDO, O-CRESOL, ÁLCOOL ETÍLICO 96° E ÁGUA PURIFICADA) / FRASCO COM 10 ML	15	FRASCO	R\$9,07	R\$ 136,05
69	VASELINA SÓLIDA (POMADA EM POTE COM 90 G OU EM BISNAGA COM 30G)	12	UNIDADE	R\$12,92	R\$ 155,04
70	VERNIZ DE FLUOR (VERNIZ CONTENDO 5% DE FLUORETO DE SÓDIO EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS) (EMBALAGEM COM 10 ML DE FLUORNIZ + 10 ML DE SOLVENTE A BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO)	18	CAIXA	R\$28,26	R\$ 508,68
71	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADE (LÍQUIDO CLARO LIGEIRAMENTE AMARELADO, COM ODOR CARACTERÍSTICO, ARMAZENADO EM VIDRO DE 15 ML)	128	FRASCO	R\$33,80	R\$ 4.326,40
72	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 4	30	UNIDADE	R\$8,32	R\$ 249,60
73	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 6	80	UNIDADE	R\$8,32	R\$ 665,60
74	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 8	80	UNIDADE	R\$8,32	R\$ 665,60
75	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, CIRÚRGICA Nº 702C	120	UNIDADE	R\$12,74	R\$ 1.528,80
76	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, CIRÚRGICA Nº 8	80	UNIDADE	R\$12,74	R\$ 1.019,20
77	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, CIRÚRGICA Nº 6	100	UNIDADE	R\$12,74	R\$ 1.274,00
78	ESPELHO BUCAL CLÍNICO Nº 4 PRIMEIRO PLANO (SURFACE), SEM CABO	50	UNIDADE	R\$13,39	R\$ 669,50
79	LIMAS HEDSTROEM 1ª SÉRIE 25 mm (LIMA MANUAL EM AÇO INOXIDÁVEL, ELETROPOLIDA, COM APROXIMADAMENTE 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL, CABO FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO DO TIPO POLIAMIDA, DE ESPECIFICAÇÃO PA 6.6. SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA DE GOTA COM PONTA ATIVA E COM STOPS DE SILICONE.	30	CAIXA	R\$62,63	R\$ 1.878,90
80	PONTA DIAMANTADA CHAMA Nº 3118F PARA ACABAMENTO DE RESINA	100	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 268,00
81	PONTA DIAMANTADA CÔNICA COM EXTREMIDADE INATIVA Nº 3082	100	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 268,00
82	PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDO Nº 3033	100	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 268,00
83	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1012	150	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 402,00
84	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1012 HL	80	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 214,40
85	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1014	150	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 402,00
86	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1014 HL	80	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 214,40
87	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1016	150	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 402,00
88	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1016 HL	80	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 214,40
89	PONTA DIAMANTADA Nº 3195F PARA ACABAMENTO DE RESINA	100	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 268,00
90	PONTA DIAMANTADA PÉRA Nº 3168F PARA ACABAMENTO DE RESINA	150	UNIDADE	R\$2,68	R\$ 402,00
91	PONTA DIAMANTADA KIT ACABAMENTO GRANA FINA. EMBALAGEM C/ 7 PONTAS DIAMANTADAS SORTIDAS. NA NUMERAÇÃO 1112F, 3118F, 3168F, 1190F, 3195F, 2135F, 1093F	12	CAIXA	R\$60,55	R\$ 726,60
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01					R\$ 255.793,09
LOTE 02 - FOTOPOLIMERIZADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
1	FOTOPOLIMERIZADOR PARA POLIMERIZAÇÃO DE RESINAS (EQUIPAMENTO SEM FIO, COM DESIGN SUPERIOR E SONDA DE	1	UNIDADE	R\$1.560,00	R\$ 1.560,00





EDITAL

FIBRA ÓPTICA, TIMER DIGITAL COM AJUSTE DE TEMPO/ SISTEMA DE ILUMINAÇÃO TIPO LED, BIVOLT AUTOMÁTICO, INTERVALO DE COMPRIMENTO DE ONDA: 440nm – 480nm, INTENSIDADE DA LUZ: 1250 Mw/cm2 (PICO)						
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02					RS 1.560,00	
LOTE 03 - MATERIAL PERMANENTE						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL	
1	AFASTADOR DE MINESSOTA INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	12	UNIDADE	RS18,20	RS 218,40	
2	ALAVANCA TIPO SELDIN 1L INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	12	UNIDADE	RS37,75	RS 453,00	
3	ALAVANCA TIPO SELDIN 1R INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	12	UNIDADE	RS37,75	RS 453,00	
4	ALAVANCA TIPO SELDIN RETA Nº 2, INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	16	UNIDADE	RS37,75	RS 604,00	
5	ALAVANCA APICAL RETA Nº 301, ADULTO, INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	10	UNIDADE	RS37,75	RS 377,50	
6	APLICADOR DE CIMENTO IONOMERO DE VIDRO, AUTOCLAVÁVEL, PARA USO DE CÁPSULAS DE CIMENTO DE IONÔMERO TIPO RIVA.	5	UNIDADE	RS312,00	RS 1.560,00	
7	BANDEJA CLÍNICA ODONTOLÓGICA DE AÇO INOX TAMANHO 22 X 17 X 1,5 CM	20	UNIDADE	RS25,74	RS 514,80	
8	CAIXA METÁLICA ODONTOLÓGICA, APRESENTANDO AS SEGUINTE MEDIDAS 31X16X8, EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	8	UNIDADE	RS114,14	RS 913,12	
9	CAIXA METÁLICA ODONTOLÓGICA, APRESENTANDO AS SEGUINTE MEDIDAS 18X8X3, EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	8	UNIDADE	RS54,34	RS 434,72	
10	BROQUEIRO DE ALUMÍNIO 15 FUROS ALTA E BAIXA ROTAÇÃO (MISTO) AUTOCLAVÁVEL	20	UNIDADE	RS31,20	RS 624,00	
11	BRUNIDOR PARA AMALGAMA Nº 29. FABRICADO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL RESISTENTE À AUTOCLAVEM	10	UNIDADE	RS10,27	RS 102,70	
12	BRUNIDOR PARA AMALGAMA Nº 33. FABRICADO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL RESISTENTE À AUTOCLAVEM	10	UNIDADE	RS14,72	RS 147,20	
13	CABO PARA BISTURI Nº 3 EM AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO 13 CM	12	UNIDADE	RS14,72	RS 176,64	
14	CABO PARA ESPELHO BUCAL - FABRICADO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL RESISTENTE À AUTOCLAVEM COM ROSCA INTERNA COMPATÍVEL COM QUALQUER MARCA DE ESPELHO BUCAL PLANO	20	UNIDADE	RS4,94	RS 98,80	
15	COLGADURA TOTALMENTE EM INOX, PRESILHA EM 45º.	12	UNIDADE	RS5,72	RS 68,64	
16	COLHER (ESCAVADOR) DE DENTINA Nº 17 AÇO INOXIDÁVEL	8	UNIDADE	RS10,27	RS 82,16	
17	COLHER (ESCAVADOR) DE DENTINA Nº 18 AÇO INOXIDÁVEL	10	UNIDADE	RS10,27	RS 102,70	
18	COLHER (ESCAVADOR) DE DENTINA Nº 19 AÇO INOXIDÁVEL. EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	10	UNIDADE	RS10,27	RS 102,70	
19	CURETA PERIODONTAL MC CALL 11-12 (AÇO INOXIDÁVEL/ PARTE ATIVA COM CORTES DOS DOIS LADOS). EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	8	UNIDADE	RS14,17	RS 113,36	
20	CURETA PERIODONTAL MC CALL 13-14 (AÇO INOXIDÁVEL/ PARTE ATIVA COM CORTES DOS DOIS LADOS). EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	8	UNIDADE	RS14,17	RS 113,36	
21	CURETA PERIODONTAL Nº 0-00 (PONTA MORSE) EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	12	UNIDADE	RS14,17	RS 170,04	
22	DESCOLADOR DE MOLT Nº 2-4 UTILIZADO EM CIRURGIAS ODONTOLÓGICAS FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL GRAU CIRÚRGICO AUTOCLAVÁVEL	12	UNIDADE	RS25,74	RS 308,88	
23	ESPÁTULA SUPRAFILL Nº 1 (CABO MACIÇO/ AÇO INOXIDÁVEL)	18	UNIDADE	RS32,50	RS 585,00	
24	FÓRCEPS ADULTO Nº 16	6	UNIDADE	RS113,10	RS 678,60	
25	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	5	UNIDADE	RS113,10	RS 565,50	
26	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	5	UNIDADE	RS113,10	RS 565,50	
27	FÓRCEPS ADULTO Nº 65	8	UNIDADE	RS113,10	RS 904,80	



EDITAL

28	FÓRCEPS ADULTO Nº 1	5	UNIDADE	R\$113,10	R\$ 565,50
29	FÓRCEPS ADULTO Nº 69	7	UNIDADE	R\$113,10	R\$ 791,70
30	PINÇA CLÍNICA UNIVERSAL	20	UNIDADE	R\$113,10	R\$ 2.262,00
31	PORTA AMALGAMA EM PLASTICO OU NYLON, ISENTO DE REBARBAS, PROVIDO DE MOLA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM VOLTA A ZERO ESPONTÂNEA E AUTOCLAVÁVEL.	10	UNIDADE	R\$18,46	R\$ 184,60
32	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM PÉRIO E	8	UNIDADE	R\$208,00	R\$ 1.664,00
33	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM PÉRIO SUB	8	UNIDADE	R\$208,00	R\$ 1.664,00
34	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM PÉRIO SUPRA	8	UNIDADE	R\$208,00	R\$ 1.664,00
35	PORTA-AGULHA MAYO 14 CM	20	UNIDADE	R\$39,00	R\$ 780,00
36	PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICA	12	UNIDADE	R\$36,40	R\$ 436,80
37	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO ADULTO AUTOCLAVÁVEL. KIT CONTENDO NO MÍNIMO 5 PEÇAS + POTE PARA ARMAZENAMENTO.	1	CONJUNTO	R\$115,67	R\$ 115,67
38	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO INFAN.L AUTOCLAVÁVEL. KIT CONTENDO NO MÍNIMO 5 PEÇAS +POTE PARA ARMAZENAMENTO.	1	CONJUNTO	R\$115,67	R\$ 115,67
39	SACA BROCAS UNIVERSAL PARA TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO, AUTOCLAVÁVEL.	4	UNIDADE	R\$38,61	R\$ 154,44
40	SERINGA ODONTOLÓGICA, TIPO SISTEMA CENTRIX, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, AUTOCLAVÁVEL, APLICAÇÃO INSERÇÃO DE MATERIAIS DENTÁRIOS. KIT COM 1 SERINGA E 30 PONTAS SORTIDAS, 10HV, 14LV E 6 AGULHAS.	5	UNIDADE	R\$312,00	R\$ 1.560,00
41	SONDA EXPLORADORA Nº 5 DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	12	UNIDADE	R\$10,27	R\$ 123,24
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 03					R\$ 23.120,74
VALOR ESTIMADO TOTAL DA LICITAÇÃO					R\$ 280.473,83

7





EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019

Regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014 de 7 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017 e legislação complementar em vigor.

PREÂMBULO

O Pregoeiro da Comissão Permanente de Pregão do Município de Palmácia/CE, torna público para conhecimento de todos os interessados que as **09:00 horas** do dia **20 de novembro de 2019**, na Sede do Governo Municipal de Palmácia, localizada à Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, Cep:62.780-000, Palmácia/CE, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes às propostas de preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019**, através de **SRP (Sistema de Registro de Preço)**, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por Lote
Espécie:	Pregão Presencial
Secretaria/Órgão Gerenciador:	SECRETARIA DE SAÚDE
Secretaria(s)/Órgãos Participantes:	SECRETARIA DE SAÚDE.
Validade da Ata de Registro de Preços	12 (doze) meses

DEFINIÇÕES GERAIS:

Nesta licitação serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados:

1. LICITAÇÃO: O procedimento de que trata o presente edital;
2. LICITANTE: Pessoa Jurídica que participa desta licitação;
3. HABILITAÇÃO: Documentos referentes à verificação atualizada da situação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, econômico-financeira, que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;
4. ADJUDICATÁRIA: Pessoa Jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;
5. CONTRATANTE: O Município de Palmácia/CE, através do(s) órgão(s) competente(s) que é(são) signatário(s) do instrumento contratual;
6. VENCEDORA: Pessoa Jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária da Ata de Registro de Preços com a Administração Pública;

7



- 7. FISCALIZAÇÃO/INTERVENIÊNCIA:** O Governo Municipal de Palmácia/CE, que é o órgão encarregado do acompanhamento e fiscalização do fornecimento;
- 8. PREGOEIRO(A):** Servidor(a) designado(a) por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de credenciamento dos interessados, recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura dos envelopes, o seu exame e a classificação dos proponentes, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio, recebimento, o exame e a decisão sobre recursos e o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e ou a contratação;
- 9. EQUIPE DE APOIO:** Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 servidores que prestarão a necessária assistência ao Pregoeiro durante a realização do pregão;
- 10. AUTORIDADE SUPERIOR:** É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, Ordenadora de Despesa do(s) órgão(s) competente(s), incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu Projeto Básico/Termo de referência, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do(a) Pregoeiro(a), adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação e promover a celebração da Ata de Registro de Preços e contratos;
- 11. ITEM/LOTE:** Cada parcela que perfaz o objeto desta licitação.
- 12. GMP:** - Governo Municipal de Palmácia.

COMPÕEM-SE O PRESENTE EDITAL DAS PARTES A E B, CONFORME A SEGUIR APRESENTADAS:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização da ata de registro de preços/contrato.

PARTE B – ANEXOS

- Anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência do Objeto;
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo III – Modelo de Declarações/Procuração;
- Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo V – Minuta do Contrato.

1- DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e edital.

2 - DAS FASES DO PRESENTE PROCESSO

- 2.1 - Recebimento dos documentos de condições de participação, credenciamento, dos envelopes de “propostas de preços” e “documentos de habilitação”;
- 2.2 - Verificação das condições de participação e procedimento de Credenciamento dos representantes presentes;
- 2.3 - Abertura das propostas de preços apresentadas, análise, verificação e classificação inicial;
- 2.4 - Lances verbais entre os classificados;
- 2.5 - Habilitação do licitante melhor classificado;



- 2.6 - Recursos;
- 2.7 - Adjudicação;

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.1 - pessoa jurídica sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples (associações, fundações e sociedades cooperativas) regularmente estabelecidos neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores do Governo Municipal de Palmácia e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação.

3.1.1 - A total incompatibilidade dos objetos sociais da licitante com o objeto da licitação implicará na impossibilidade de sua participação no certame.

NÃO PODERÃO PARTICIPAR:

3.3 - Licitantes com sócios, diretores ou representantes comuns.

3.3.1 - Se antes do início da abertura dos envelopes de preço for constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

3.3.2 - Se constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de preço, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

3.4 - Os interessados que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (ressalvado nos itens 7.5.1.1 e 7.5.1.1.2 do presente edital), dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação, ou ainda, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com o Governo Municipal de Palmácia-CE, ou tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio, ou ainda.

3.5 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes do GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA, membro efetivo ou substituto da Comissão de Pregão, bem como a Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.

3.6 - A(s) empresa(s) participante(s) do presente processo licitatório deverá(ão) **estar ciente** que o objeto adquirido estará sujeito à aceitação pelo órgão recebedor, ao qual caberá o direito de recusar caso não esteja de acordo com o especificado no Projeto Básico/Termo de Referência da presente licitação ou seja um produto de qualidade inferior ao solicitado ou ainda por questão de interesse público devidamente justificado.

3.7 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3.8 - As empresas enquadradas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme incisos I e II do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que pretenderem usufruírem de seus benefícios nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, no ato do CREDENCIAMENTO, Certidão de Enquadramento/Reenquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte expedida pela Junta Comercial da Sede da Licitante e/ou Declaração de Enquadramento/Reenquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte devidamente arquivada na Junta Comercial da Sede da



Licitante, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar 123/06 e na Instrução Normativa nº 10, de 05/12/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI.

3.9 - As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que não apresentarem a certidão ou declaração prevista no subitem anterior, poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

3.10 - O início da sessão de credenciamento dar-se-á até o horário previsto no preâmbulo deste edital **sem tolerância (para os proponentes) para possíveis atrasos**, podendo haver atrasos ou tolerância exclusivamente por parte da Comissão, somente em caso fortuito ou de força maior.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos documentos necessários à condição de participação, Credenciamento, envelopes contendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação, devendo o interessado ou seu representante, se for o caso, credenciar-se a perante PREGOEIRO Oficial do Município de Palmácia.

4.2 - Cada licitante deverá apresentar-se com apenas **01 (um) representante**, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, o qual será o único admitido a intervir nas diversas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, pelo licitante representado.

4.3 - Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

4.4 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher qual empresa o representará;

4.5 - No decorrer do procedimento licitatório, os licitantes poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos neste item. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa/entidade licitante.

DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTA FASE

4.6 - Para o credenciamento do representante deverão obrigatoriamente ser apresentados os seguintes documentos:

4.6.1 - Cópia de seu **documento oficial de identificação** (com foto) do representante, válido na forma da lei; e

4.6.2 - **Procuração** pública ou instrumento particular de mandato com firma reconhecida, conforme modelo discriminado no item 01 do ANEXO III deste Edital, caso o representante não seja sócio-gerente, diretor do licitante ou titular de firma individual, ou não possua poderes bastante no contrato social;

4.6.3 - **Documento que comprove a titularidade do outorgante** (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.); e

4.6.4 - **Declaração** (com firma reconhecida em cartório) dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação, conforme modelo disposto no item 03 do ANEXO III deste Edital;

4.6.5 – **Declaração ou Certidão** de que é enquadrada na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), quando for o caso, conforme disposto no item 3.8 deste edital;

4.6.5.1 - A incorreção ou não apresentação da Declaração ou Certidão de enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme descrita no item 4.6.5, impedirá a licitante de obter o tratamento diferenciado conforme a Lei Complementar nº 123/2006.

4.7 - Caso o credenciado da pessoa jurídica licitante seja sócio-gerente, diretor do licitante ou titular de firma individual, dispondo por si só de poderes de representação, deverão ser apresentados documentos que comprovem tal condição (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição,



etc.), nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhado do documento oficial de identificação.

4.8 - Os documentos elencados no subitem 4.6 deverão ser apresentados em separado dos envelopes de Proposta de Preço e de Documentos de Habilitação, para que possam ser analisados no início dos trabalhos.

4.9 - A incorreção ou não apresentação dos documentos de que tratam os subitens anteriores, excluído o item 4.6.5 que é optativo, **impedirá o representante** de se manifestar e responder pelo participante nas diversas etapas do procedimento, todavia, não implicará na desclassificação do proponente, **exceto a ausência do item 4.6.4, que é obrigatório e a não apresentação gerará eliminação sumária** nos termos da Lei nº 10.520/02 (art. 4º, VII).

4.10 - A incompatibilidade do objeto social da proponente com o objeto da licitação, implica no descumprimento das condições de participação e conseqüentemente demonstra o desatendimento quanto as exigências editalícias, proporcionando a eliminação sumária do competente processo licitatório, acarretando o não prosseguimento e participação nos demais procedimentos e fases.

4.11 - O PREGOEIRO ao iniciar os trabalhos, promoverá a chamada para credenciamento de todos os interessados para entregarem os documentos de credenciamento e envelopes, caso não exista demais manifestações, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento, não se admitindo licitantes retardatários.

5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E ENVELOPES

5.1 - Além dos documentos de condição de participação, credenciamento, previstos nos itens 3 e 4, cada licitante deverá ainda apresentar simultaneamente 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: “Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”.

5.2- Os conjuntos de documentos relativos à “Proposta de Preços” e aos “Documentos de Habilitação” deverão ser entregues em envelopes separados, opacos e lacrados, rubricados no fecho, endereçados ao Governo Municipal de Palmácia, identificados com o número da presente licitação, com o nome do licitante, o número do CNPJ, os títulos dos seus conteúdos (“Proposta de Preço” ou “Documentos de Habilitação”), respectivamente.

5.3- Todos os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, cópia de publicações em órgão da impressão oficial, cópia do original autenticada por cartório competente e em hipótese alguma haverá autenticação na sessão por membros da comissão.

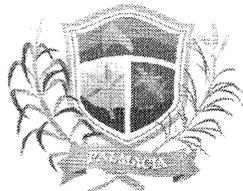
5.3.1- Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.3.2- Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos de condições de participação, credenciamento, as propostas de preços e documentos referentes à habilitação, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

5.3.3- Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

5.4 - Nas certidões apresentadas neste processo, quando não consignado o respectivo prazo de validade em seu bojo, deverão ter sido emitidas nos **60 (SESSENTA) DIAS** anteriores à data marcada para o recebimento dos envelopes, salvo determinação legal específica em contrário, comprovada mediante documento.

5.4.1 - Excetuam a exigência anterior, os documentos a que se referem os itens 7.4.1 e 7.4.2 deste edital;



6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preços deverá ser elaborada em **única VIA** em papel timbrado ou com carimbo com os dados do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada, e, contendo na parte externa do envelope correspondente as seguintes indicações:

AO GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA
PREGÃO PRESENCIAL N.º PPRP-22/2019
LICITANTE: _____
CNPJ _____
ENVELOPE N.º 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)

6.2- A proposta de preços deverá ser apresentada seguindo o modelo padronizado no ANEXO II deste Edital, contendo:

- 6.2.1- A modalidade e o número da licitação;
- 6.2.2- Endereçamento a Comissão Permanente de Pregão do Governo Municipal de Palmácia;
- 6.2.3- Razão Social, CNPJ, endereço, número da conta corrente, agência bancária, identificação do respectivo banco, e se houver, número do telefone/fax, e endereço eletrônico do proponente;
- 6.2.4- Prazo de entrega máximo, conforme os termos do edital;
- 6.2.5- Prazo de validade não inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**;
- 6.2.6- Os itens cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital;
- 6.2.7- Os valores unitários em algarismos de cada item;
- 6.2.8 - Valor Global, em algarismo e por extenso;
- 6.2.9 - Declaração da licitante que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro;

6.3 - Caso a Proposta de Preço apresentada, esteja sem a devida assinatura, na forma do item 6.1 deste edital, a mesma poderá ser assinada no momento da constatação da falha, desde que os responsáveis legais estejam previamente credenciados e estejam presentes na sessão correspondente credenciados para o ato.

6.4 - Os preços constantes da proposta do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

6.5 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

6.6 - Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, podendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias quanto aos resultados dos cálculos dos valores totais dos itens corrigidos.

6.7 - Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.

6.7.1- A proposta deve contemplar o quantitativo do item em sua totalidade conforme licitado.

6.8 - A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização da ata de registro de preços, bem como a aceitação e sujeição integral às



suas disposições e à legislação aplicável, notadamente ao Decreto Municipal nº 002, de 04 de janeiro de 2017, às Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, alterada e consolidada.

6.9 - Os preços a serem cotados deverão levar em conta os preços estimados para a contratação, inseridos na planilha anexa ao processo.

6.10 - Na análise das propostas de preço o Pregoeiro observará preferencialmente o preço unitário, facultando-lhe, porém, segundo critério de conveniência e oportunidade observar o preço total.

6.11 - Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com o item 6 deste edital.

6.12 - Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope "01" não sendo admitido o recebimento pelo Pregoeiro, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos já entregues ao Pregoeiro.

6.13 - O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, solicitar demonstração do objeto desta licitação para melhor avaliação, ficando o licitante obrigado, sob pena de desclassificação, a apresentar tal amostra/demonstração, no prazo definido pelo Pregoeiro, contados a partir da intimação.

6.13.1 - No caso a amostra do item, esta será recebida da forma designada pelo Pregoeiro, no prazo estipulado, remetida ao órgão interessado na licitação, por ocasião da abertura das propostas de preços, e analisada por técnico designado pelo titular do órgão, devendo o laudo ser devidamente datado e assinado por quem o emitiu e visado pelo titular do órgão.

6.13.2 - No caso da situação referida anteriormente no item 6.13 e 6.13.1, o Pregoeiro fornecerá aos interessados, o resultado o da análise feita pelos responsáveis técnicos, mediante Laudo Técnico, no prazo máximo dito no momento da entrega/execução da amostra/demonstração e procederá em seguida, dando continuidade nos trâmites seguintes do processo na forma do item 3 deste edital.

7 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1- O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos exigidos em uma única via, e ser apresentado na forma do subitem 5.2 deste edital, contendo a seguinte inscrição no seu frontispício:

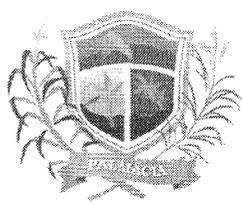
AO GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA
PREGÃO PRESENCIAL N.º PPRP-22/2019
LICITANTE: _____
CNPJ _____
ENVELOPE N.º 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

7.2- Os interessados não cadastrados no Governo Municipal de Palmácia, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (subitens 7.3 a 7.7), os quais serão analisados pelo Pregoeiro quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

7.3 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.3.1 - REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.3.2 - ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SEUS ADITIVOS OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e identidade de seus sócios;



devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.3.3 - INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

7.3.4 - DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País,

7.3.5 - Ato de Registro ou Autorização para funcionamento, através de Alvará de funcionamento expedido pelo órgão competente do domicílio ou sede da licitante.

7.3.6 - Documentos oficial de identificação (com foto) e prova de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) sócio(s) administradores;

7.4- RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.4.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.4.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.3- Provas de regularidade, em plena validade, para com:

7.4.3.1- a **Fazenda Federal** (consistindo em Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN);

7.4.3.2- a **Fazenda Estadual** (Certidão de tributos estaduais do domicílio da licitante);

7.4.3.3- a **Fazenda Municipal** (Certidão de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.4.3.4- a **Seguridade Social** (CND - Certidão Negativa de Débitos) - **INSS**;

7.4.3.5- o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**;

7.4.3.6- a **Justiça do trabalho** (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**).

7.4.3.7 - A certidão solicitada do item 7.4.3.4 poderá ter sua regularidade verificada mediante apresentação da certidão conjunta demandada no item 7.4.3.1 na forma da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

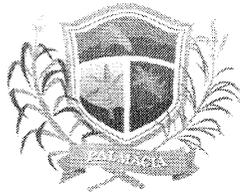
7.4.4- As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.4.5- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão de Pregões, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.4.6- A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação, ou item/lote, conforme o caso.

7.5- RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.5.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:



7.5.1.1. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005; ou homologação do plano de recuperação, no caso da licitante em recuperação extrajudicial, nos termos do art. 164, §5º, da Lei nº 11.101/2005;

7.5.1.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com plano de recuperação concedido/homologado, deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

7.5.2- Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial de origem, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor;

7.6 – RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.6.1- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida em cartório do assinante, comprovando que a licitante executou/entregou/forneceu serviços/bens/produtos compatíveis em características com o objeto desta licitação.

7.6.2- Apresentar Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária Estadual/Municipal/Distrital) vigente.

7.7 - DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.7.1- Alvará de Funcionamento;

7.7.2- Declaração (com firma reconhecida em cartório) de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

7.7.3- Declaração (com firma reconhecida em cartório) expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

7.7.4- Declaração (com firma reconhecida em cartório), sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei nº 8.666/93).

7.5 - A documentação constante dos envelopes de habilitação que forem abertos integrará os autos do processo licitatório e não será devolvida.

7.5.1 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados classificados ao final da fase de competição poderão ser retirados por seus representantes na própria sessão, exceto, caso haja interposição de recursos, onde os mesmos ficarão sob a guarda da Comissão de Pregões, podendo ser requerido somente ao julgamento definitivo do mesmo.

7.5.2 - Os documentos não retirados permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, durante 30 (trinta) dias corridos à disposição dos respectivos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

7.6 - Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de Habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdos e forma.



8 – DOS PROCEDIMENTOS E DEMAIS INFORMAÇÕES DA SESSÃO PÚBLICA (CERTAME)

8.1 - O Pregão será do tipo presencial, com a abertura da licitação em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro(a), e realizar-se-á no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.

8.2- **RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO E ENVELOPES:** A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do Pregão Presencial, na presença dos representantes dos licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde o Pregoeiro receberá de cada licitante ou de seu representante os documentos a que se referem o item 4 deste edital (Credenciamento) e os envelopes 01 (Propostas de Preços) e 02 (Documentos de Habilitação) em envelopes distintos, devidamente lacrados e rubricados nos fechos, fazendo registrar o nome dos licitantes que assim procederam.

8.2.1 - Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo Pregoeiro.

8.2.2 - Após a abertura de qualquer envelope não caberá desistência por parte de qualquer licitante, sob hipótese alguma, podendo este desistir até o final da fase de credenciamento.

8.3- **CREDENCIAMENTO:** No início da sessão os representantes dos interessados em participar do certame deverão se identificar e se for o caso comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, na forma do item 4 deste instrumento, assinando então lista de presença.

8.4- **ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS:** Abertos os envelopes contendo a "Proposta de Preços" de todos os licitantes, o PREGOEIRO ou membro da equipe de apoio fará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. A seguir, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o(s) objeto(s) da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.4.1- Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços o PREGOEIRO examinará a compatibilidade desta com os termos do edital, desclassificando as propostas que não atendam aos termos desse edital.

8.4.2- O PREGOEIRO poderá, a qualquer tempo, determinar a suspensão da sessão, a fim de que o setor técnico da(s) Secretaria(s) interessada(s) na presente licitação proceda ao exame de qualidade e compatibilidade dos itens com os termos do edital, na forma do item 6.13 deste edital.

8.5- **CLASSIFICAÇÃO INICIAL:** O PREGOEIRO fará a ordenação das propostas de todos os licitantes, em ordem decrescente de valor, classificando o licitante com proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de **MENOR PREÇO POR LOTE**, para que seus representantes participem dos lances verbais.

8.5.1- Caso não sejam verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem 8.5, O PREGOEIRO classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas iniciais.

8.6- **LANCES VERBAIS:** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes, obedecendo as seguintes disposições:

8.6.1- O PREGOEIRO convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. No caso de empate de valor entre propostas será realizado imediatamente sorteio visando definir a ordem de lance entre os licitantes empatados.

8.6.2- Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado.



- 8.6.3- O PREGOEIRO no início ou no decorrer da etapa de lances verbais terá a prerrogativa de:
- determinar um intervalo mínimo de valor entre os lances verbais a serem realizados;
 - determinar um período máximo de tempo para que cada licitante realize o lance verbal;
- 8.6.4- Não será aceito o lance realizado em desacordo com as determinações emanadas do Pregoeiro na forma do subitem anterior.
- 8.6.5- Preclui o direito de apresentar lance verbal, sendo considerado desistente o licitante que deixar de apresentar lance no prazo determinado pelo Pregoeiro na forma da alínea “b” do subitem 8.6.3.
- 8.6.6- Considerando a situação exposta no item anterior, o licitante, mesmo excluído da rodada de lances por não ofertar lance menor do que os concorrentes, poderá ofertar o seu menor preço a fim de classificação;
- 8.6.7- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito de classificação ao final da etapa competitiva.
- 8.6.8- Quando não mais se realizarem lances verbais por qualquer dos licitantes será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem decrescente de valor, exclusivamente pelo critério de menor preço.
- 8.6.9- O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor para a Administração nas situações em que não se realizem lances verbais, ou realizando-se, depois de declarado o encerramento da etapa competitiva se a oferta não for aceitável, ou se o licitante classificado for considerado inabilitado, no exame de oferta subsequente.
- 8.6.10- Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão Presencial.
- 8.6.11. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.6.11.1. Entende-se por empate ficto, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 8.6.11.2. Não ocorrerá empate ficto quando o melhor lance tiver sido apresentado por empresa que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.6.12. Para efeito do disposto no item 8.6.11 deste Edital, ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes ME/EPP que porventura se enquadrem no mesmo intervalo percentual de 5%, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - c) no caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no aludido intervalo, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, desde que não haja lances.
- 8.6.13- Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances verbais, e realizada a classificação final das propostas, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/oferta de menor preço e o valor estimado para a contratação constante da planilha anexa ao processo, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.6.14- Tratando-se de preço inexequível, o Pregoeiro poderá determinar ao licitante que comprove a exequibilidade de sua proposta, em prazo a ser fixado, sob pena de desclassificação.
- 8.6.15- Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior, o Pregoeiro abrirá o envelope de habilitação do licitante primeiro classificado “sob condição”, considerando o disposto no subitem anterior.



8.6.16- Diante da hipótese tratada no subitem 8.6.13 o Pregoeiro poderá, também “sob condição”, negociar diretamente com o classificado subsequente para que seja obtida melhor oferta que a sua proposta anteriormente oferecida a fim de conseguir menor preço, caso não comprovada a exequibilidade do licitante anteriormente classificado.

8.6.17- O lance verbal depois de proferido será irrevogável, não podendo haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

8.6.18- Os licitantes que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

8.6.19- Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

8.6.20- Não serão adjudicadas propostas com preços unitários e/ou global superiores aos valores estimados para a contratação, constantes da planilha anexa ao processo.

8.6.20.1 - Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente do Governo Municipal de Palmácia, responsável pela elaboração e emissão da referida Planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

8.6.21- Caso o preço referente ao preço final seja composto de preços unitários, deverá O PREGOEIRO, antes da convocação de todos os licitantes, solicitar ao vencedor a adequação desses preços ao valor do lance final.

8.6.22- Caso a licitante classificada com o **MENOR PREÇO POR LOTE** seja uma ME/EPP e esta apresente restrições na comprovação da regularidade fiscal, será convocada para apresentar a documentação regularizada. Conta-se a partir da declaração de vencedora do certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para regularização da documentação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.6.23- A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado ao (à) PREGOEIRO (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação crescente, revogar a licitação ou o item/lote, conforme o caso.

8.6.24- Caso a licitante classificada com o **MENOR PREÇO POR LOTE** seja uma empresa não beneficiada pelo tratamento diferenciado e não apresente situação regular, no ato da assinatura da ata de registro de preços, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação crescente, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

8.6.25- A ata de registro de preços deverá ser assinada em até **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS** da convocação do licitante declarado vencedor, observados os itens 8.6.22, 8.6.23 e 8.6.24, cabendo ainda a negociação direta, a fim de se obter preço mais vantajoso.

8.7- HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO: Existindo proposta classificada aceitável, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos “Documentos de Habilitação” do(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s), para confirmação das suas condições da habilitação, determinadas no item 6.

8.7.1- Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior, excetuando-se o disposto no item 8.6.22.

8.7.2- Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

8.7.3- Se o licitante desatender às exigências da habilitação, O PREGOEIRO examinará a oferta subsequente, permitida negociação – subitem 8.6.9 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim





sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.7.4- Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.

8.7.5- O PREGOEIRO terá a prerrogativa de decidir se o exame dos “documentos de habilitação” se dará ao final da etapa competitiva de cada item/lote ou ao final do julgamento de todos os itens/lotos.

8.8- RECURSOS: Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias corridos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias corridos (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.8.1- O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Gestor(es), por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Gestor(es).

8.8.2- Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

8.8.3- Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

8.8.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

8.8.5- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão Presencial, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao(s) licitante(s) vencedor(es).

8.8.6- A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata, facultado O PREGOEIRO o exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

8.8.7- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.8.8- Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(s) Secretário(s) Gestor(es) homologará(ão) e procederá(ão) a adjudicação da(s) proposta(s) vencedora(s), para determinar a contratação;

8.8.9- A intimação dos atos decisórios da administração — PREGOEIRO(a) ou Secretário(s) — em sede recursal será feita mediante afixação de cópia do extrato resumido ou da íntegra do ato na imprensa oficial (flanelógrafo/quadro de avisos) do Governo de Palmácia, conforme disposto a Lei Orgânica do Município.

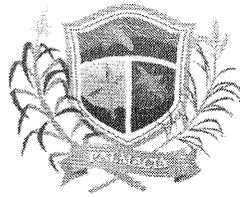
8.8.10- Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Comissão de Pregão.

8.9- ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Da sessão do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e facultativamente, pelos licitantes ainda presentes quando do encerramento dos trabalhos.

8.9.1- Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto ao valor orçado pela Administração, será feita pelo Pregoeiro a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) à Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer;

1



b) e depois à(s) Secretaria(s) competentes para homologação e subsequente formalização da Ata de Registro de Preços/Contrato.

8.10- SUSPENSÃO DA SESSÃO

8.10.1- O PREGOEIRO é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

8.10.2- O PREGOEIRO poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

8.11- INDICAÇÃO DO VENCEDOR: No julgamento das propostas/ofertas será declarado vencedor o Licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste Edital, apresentar o **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto do certame a ela será adjudicado.

8.11.1- Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital.

8.12- CADASTRO DE RESERVA: Ao final da sessão, encontrado o melhor lance, será indagado aos demais participantes na sua respectiva ordem de classificação, a intenção de composição cadastro de reserva dos mesmos, tudo conforme os termos do Decreto municipal nº 002/2017, alterado pelo Decreto nº 23/2018.

8.12.1- Será incluído, no anexo da ata de registro de pregos, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços/produtos/bens/itens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente a margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

8.12.2- A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

8.12.3- O registro a que se refere o subitem 8.12, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento de seu registro de preços.

8.12.4- Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 8.12, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

8.12.5- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos ou quando houver a necessidade de contratação de licitante remanescente.

9 - DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

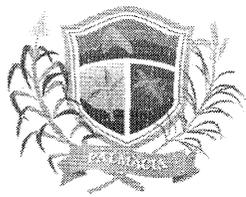
9.1- As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à(s) Secretaria(s) Contratante(s) interessada(s).

10 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 - A adjudicação desta licitação em favor do licitante cuja proposta de preços ou lance verbal seja classificado em primeiro lugar, se não houver recurso, é da competência do Pregoeiro, quando não houver recurso.

10.2 - A homologação deste pregão é da competência do(a) Gestor(a) da SECRETARIA MUNICIPAL COMPETENTE.

10.3 – O(a) Gestor(a) da Secretaria Municipal Competente se reserva o direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.



10.4 – A homologação, conforme se verifique a necessidade, estará sujeita, ainda, à aferição das informações prestadas pela licitante vencedora, inclusive no que se refere à inspeção in loco na sede da empresa para fins de verificação de que se encontra em pleno funcionamento, incluindo sua identificação externa e identificação de pessoal executando serviços durante o horário normal de funcionamento.

10.5- A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11 - CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

11.1- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão Presencial.

11.1.1- Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.1.2- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

11.2- Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

11.2.1- o endereçamento ao Pregoeiro do Governo Municipal de Palmácia;

11.2.2- a identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão de Pregão do Governo Municipal de Palmácia, dentro do prazo editalício;

11.2.3- o fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

11.2.4- o pedido, com suas especificações;

11.3- Caberá O PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.4- A resposta do Município de Palmácia-CE, será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração na imprensa oficial (flanelógrafo) do Governo Municipal de Palmácia, conforme disposto a Lei Orgânica do Município.

11.5- O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

11.6- Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.6.1- Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.7- **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, O PREGOEIRO ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

11.7.1- Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

11.8- **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** O Município de Palmácia-CE poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.



12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1- As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, através da Secretária Gestora, representada pelo Secretário (a) Ordenador (a) de Despesa, e o licitante vencedor, que observará os termos do Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes.

12.1.1- Integra o presente instrumento (ANEXO IV) o modelo da Ata de Registro de Preços a ser celebrada.

12.1.2- Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços – Anexa a este edital.

12.2- Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Palmácia - CE convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

12.2.1- O Licitante Vencedor terá o prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Palmácia-CE.

12.2.2- A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.2.3- Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à administração municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexa ao projeto básico/termo de referência.

12.3- Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura ou na forma prevista na Lei Orgânica do Município. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

12.4- A Ata de Registro de Preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, e nos artigos, 57, 58 e 65 da Lei n.º 8.666/93.

12.5- A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará **PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos do Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017.

12.6- A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12.7- O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

12.8- O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos da Comissão de Pregão do Governo Municipal de Palmácia e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12.9- A formalização da Ata de Registro de Preços não gera ao beneficiário direito de fornecimento, mas apenas mera expectativa de contratação.

12.10- A formalização da Ata de Registro de Preços só gera ao beneficiário do registro a obrigação de fornecimento quando expedida a competente ordem de compra/autorização de fornecimento ou celebrado o competente termo de contrato.



12.11- O Município poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.11.1- O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.12- Em caso de alteração dos preços de mercado, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 23/2018.

12.13- Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

12.14- Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

12.15- Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município para determinado item/lote.

12.16- Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o Registro de seus Preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

13 - DA ENTREGA DOS BENS LICITADOS OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1- DAS ORDENS DE SERVIÇOS/COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO:

O fornecimento/execução dos bens/produtos/serviços licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA/SERVIÇOS, AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO ou SOLICITAÇÕES, por parte da administração ao licitante vencedor, que poderão englobar integralmente os quantitativos e/ou bens/produtos/serviços objeto do Registro de Preços (entrega imediata) ou apenas parte deles (execução fracionada), de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da(s) Secretaria(s) Gestora(s).

13.1.1- A ordem de compra/serviço/autorização de fornecimento/execução emitida conterà o bem/produto/serviço pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do registro no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da própria Ata de Registro de Preços.

13.1.2- Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de serviço/compra ou autorização de fornecimento/execução, o fornecedor deverá fazer a entrega/execução do produto/serviço no local designado pela Contratante, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega/execução dos bens/serviços.

13.1.3- O aceite dos bens/serviços pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos/serviços entregues/executados.

13.1.4- Poderão ser firmados contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei nº 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

13.2- **DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** Os bens/produtos/serviços licitados deverão ser entregues/executados pelo período definido em contrato/ordem de serviços, a partir da expedição da ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRA-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO pela administração, no local determinado ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRA-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO.



13.2.1. Os bens/produtos/serviços deverão obedecer a um cronograma de entrega/execução, a partir das características que se apresentam, nas especificações discriminadas na ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRA-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO:

13.2.2. Os itens/serviços serão recebidos/acompanhados por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

13.2.3- Por ocasião da entrega/execução dos produtos/serviços, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

13.2.4- Para os bens/serviços objetos deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome do Governo Municipal de Palmácia - CE, com endereço na Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, CEP 62.780-000- Palmácia - Ceará, inscrito no CNPJ sob o N.º 07.711.666/0001-05 e CGF sob o N.º 06.920-202-8.

13.2.5- No caso de constatação da inadequação dos bens/produtos/serviços fornecidos/prestados às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

13.2.6- Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

13.3- Os bens/produtos/serviços licitados deverão ser entregues/executados, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico/Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) aceitar, nas mesmas condições do registro de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

e) a entrega/execução dos bens/produtos/serviços deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

14 - DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

14.1- **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o objeto licitado, inclusive a margem de lucro.

14.2- **PAGAMENTO:** O pagamento será feito na proporção da entrega/execução dos bens/serviços licitados, segundo a ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRA-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta e demais especificações e observações estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.



14.2.1- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

14.3 - **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

14.4- **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

15 - DAS SANÇÕES

15.1- O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de assinar a **ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRA-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO** ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Palmácia e será descredenciado no Cadastro do Governo Municipal de Palmácia pelo prazo de até 5(cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

15.1.1 - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor empenhado no caso de:

- Recusar em assinar o contrato;
- apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- não manter a proposta ou lance;
- fraudar na aquisição dos produtos;
- comportar-se de modo inidôneo;

15.1.2 - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de fornecimento no endereço constante do cadastro, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;

15.1.3 - multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

15.2- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do serviço, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

- advertência;
- multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo do contrato, conforme o caso;

15.3- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

15.3.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.



15.3.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

15.3.3- As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

15.4- O fornecedor beneficiário da ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

15.4.1- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.4.2- não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.4.3- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.4.4- tiver presentes razões de interesse público.

15.5- **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.5.1- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Palmácia e descredenciamento no Cadastro do Governo Municipal de Palmácia pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

16 – DA TENTATIVA DE FRAUDE E FRUSTAÇÃO DOS ATOS DO PROCESSO E DEMAIS DITAMES LEGAIS

16.1 - A tentativa de fraude ou frustração dos atos e ações a serem realizados por parte dos proponentes, há qualquer momento do presente processo, poderá caracterizar o enquadramento dos mesmos nas sanções dos crimes e penas previstas do Art. 90º, Art. 93º e Art. 96º da Lei Federal 8.666/93, e sendo necessário, ainda, abertura e instauração do devido processo administrativo para a averiguação e apuração dos fatos ocorridos, de forma a aplicação das devidas penalidades e punições cabíveis.

16.2 - É facultado O PREGOEIRO, em qualquer ausência ou omissão quanto a instruções e ditames deste edital, a aplicação das normas, instrumentos e demais fontes legais do instrumento jurídico brasileiro, de forma a manter ideal e legal transcorrer dos atos e ações dos procedimentos do certame.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

17.2- Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão e pelo(s) Secretário(s) Ordenador(es) de Despesa, em outro caso, mediante aplicação do caput do art. 54 da Lei n.º 8.666/93.

17.3- O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão Presencial.

17.4- Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

17.5- A administração disponibilizará meios de divulgação e amplo acesso aos preços praticados no Registro objeto dessa licitação.

17.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente



GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA



normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

17.7- Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Palmácia-CE

17.8- As informações sobre esta licitação podem ser obtidas junto à Comissão de Pregão da GMP, na Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, Cep:62.780-000 Palmácia/CE, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

17.9- Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Protocolo de Retirada de Edital, mediante pagamento de cópia reprográfica, nos horários de 08:00 às 12:00 horas, na Sede da Comissão de Pregão do Governo Municipal de Palmácia, situada na Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, Cep:62.780-000, Palmácia/CE, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas, ficando os autos do presente processo administrativo à disposição para vistas e conferência dos interessados, ficando o licitante obrigado.

17.10.1. O referido edital e seus anexos também estão disponíveis nos seguintes sítios virtuais: www.tce.ce.gov.br.

17.11- O projeto básico/termo de referência poderá ser examinado por qualquer interessado na sede da comissão permanente de Pregão d Governo Municipal de Palmácia.

17.12- Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas no Anexo – Projeto Básico/Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

17.13- No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado a autoridade competente:

a) Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.

b) Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação na forma da legislação vigente.

17.14. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação na imprensa oficial (flanelógrafo) do Governo Municipal de Palmácia, conforme disposto na Lei Municipal nº 319/2013 8 de Janeiro de 2013.

Palmácia (CE), 05 de novembro de 2019.

Léo Queiroz de Lima
LÉO QUEIROZ DE LIMA
PREGOEIRO





GOVERNO MUNICIPAL DE
PALMÁCIA



ANEXO I
PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

S



PAÇO MUNICIPAL
PRAÇA 7 DE SETEMBRO – 635 – CENTRO
CNPJ Nº 07.711.666/0001-05 – CGF Nº 06.920.202-8



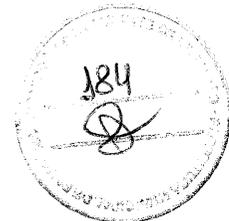
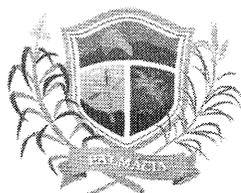
PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

I - INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

1. ORGÃO(S) SOLICITANTE(S): SECRETARIA DE SAÚDE.	5. DESCRIÇÃO DE CATEGORIA: <input checked="" type="checkbox"/> Aquisição <input type="checkbox"/> Prestação de Serviço <input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia <input type="checkbox"/> Locação de Imóveis <input type="checkbox"/> Outros
2. PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA:	
3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA / ELEMENTO DE DESPESA: Não se aplica	
4. FONTE DE RECURSOS: Não se aplica.	

II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA/CE.
2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO: CONFORME ANEXO I DESTE PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA.
3. JUSTIFICATIVA: 3.1. A premente licitação se faz tendo em vista a necessidade de aquisição de equipamentos e matérias para suprir a demanda atual de forma a possibilitar o atendimento de pacientes que necessitam de serviços odontológicos, sendo estes imprescindíveis à saúde e bem estar dos munícipes, em especial a população mais carente. 3.2. Da justificativa da divisão de lotes: A divisão técnica dos itens em lotes se dar em virtude dos itens dos mesmos guardarem compatibilidade entre si e da conveniência para a administração, observando-se, inclusive as regras de mercado para a contratação dos serviços/produtos/itens, de modo a manter a competitividade necessária à disputa; 3.3. No que diz respeito ao princípio da Economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a Administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Dessa forma, na divisão por lote do objeto em tela, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela administração; 3.4. Do procedimento adotado, o registro de preços se faz necessário devido ao fracasso do procedimento anterior por culpa do fornecedor vencedor. A contratação se dará de acordo com a necessidade e demanda de cada órgão participante, o que possibilitará maior eficiência e controle nas aquisições/serviços.
4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Em até 05 (CINCO) DIAS , a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRAS E/OU AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO , nos locais determinados pela solicitante.
5. VIGÊNCIA DA ATA: A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses , contado a partir da data da sua assinatura, nos termos do Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 23/2018, de 28 de junho de 2018.
6. DO VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 280.473,83 (duzentos e oitenta mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos) , apurado pela média dos valores obtidos por meio de pesquisas de preços



realizadas pelo setor de compras.

7. ORGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: SECRETARIA DE SAÚDE.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: - O pagamento será efetuado após a emissão de empenho e será no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo do produto, segundo as **ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRAS E/OU AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO** expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas da seguinte documentação tratada do licitante vencedor:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato e Recibo;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

9. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

Designar servidor da Secretaria para exercer a fiscalização da execução do contrato;
Competirá ao Órgão Gestor do Registro de Preços:

- I. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- II. Providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata;
- III. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- IV. Aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:
 - a) Advertência.
 - b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- V. Cancelar o registro do fornecedor detentor do preço registrado, em razão do disposto no Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 23/2018, de 28 de junho de 2018;
- VI. Comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

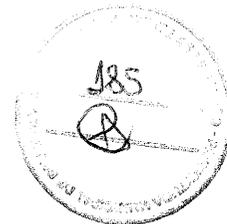
10. DA DETENTORA DO REGISTRO:

O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços fica obrigado a:

- I. Atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência, mesmo que a execução do objeto esteja prevista para data posterior à do seu vencimento;
- II. Fornecer os produtos/bens/serviços, por preço registrado, na forma indicada pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, mediante formalização de contrato, no prazo estabelecido na Ordem de Serviços e/ou Autorização de execução e/ou Autorização de execução;
- III. Responder no prazo de até 05(cinco) dias a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a



GOVERNO MUNICIPAL DE
PALMÁCIA



pretensão de órgãos/entidades não participantes de utilizar a Ata na condição de Órgão/Entidade Interessado;
IV. Estar ciente que os serviços contratados estarão sujeitos à aceitação pelo órgão receptor, ao qual caberá o direito de recusar caso não esteja de acordo com o especificado e seja o serviço de qualidade inferior ao solicitado.

11. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR REGISTRADO: Não será objeto de reajuste. Porém os preços registrados poderão ser revistos nos casos previstos em ata.

12. CONSIDERAÇÕES: Demais observações e disposições serão procedidas pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei n.º 8.666 de 21/06/93, alterada e consolidada.

RESPONSÁVEL(IS) PELO PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DESTE PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA: Clara Herminia Dias Barbosa - Secretária Municipal de Saúde.





ANEXO I DO PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA/CE.

2. DOS ITENS/LOTES A SEREM LICITADOS:

LOTE 01 – MATERIAIS DE CONSUMO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID
1	ABRIDOR DE BOCA (BLOCO DE MORDIDA), TAMANHO INFANTIL, MATERIAL SILICONE ATÓXICO, AUTOCLAVÁVEL, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO.	12	UNIDADE
2	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE (EMBALAGEM COM 5L)	150	UNIDADE
3	APLICADOR DESCARTÁVEL MICROBRUSH MATERIAL HASTE PLÁSTICA DOBRÁVEL E PONTA ATIVA COM FIBRAS NÃO ABSORVENTES ISENTAS DE FIAPOS FORMATO ESFEROIDAL, TAMANHO FINO, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO, TUBO COM 100 UND.	100	TUBO
4	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA (AGULHAS ESTERILIZADAS DESCARTÁVEIS, FABRICADAS EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM NIQUELAÇÃO GALVÂNICA, CURTA 22 MM)/ CAIXA COM 100 UNIDADES	120	CAIXA
5	AGULHA DESCARTÁVEL TIPO GENGIVAL LONGA - 27 G. MATERIAL CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, PONTA BISEL TRIFACETADO, CONEXÃO ADAPTÁVEL A SERINGA CARPULE. COM PROTETOR PLÁSTICO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	60	CAIXA
6	ALGODÃO EM ROLETES Nº 2 PARA USO ODONTOLÓGICO, FABRICADO EM 100 % FIBRAS DE ALGODÃO, EM FORMATO CILÍNDRICO (EMBALAGEM COM 100 UNIDADES)	1000	PACOTE
7	AMÁLGAMA EM CÁPSULAS GS- 80 (40% DE PRATA; 31,3% DE ESTANHO, 28,7% DE COBRE E 47,9% DE MERCÚRIO). CAIXA COM 50 CÁPSULAS	30	CAIXA
8	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL À BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 (CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8 ML)	60	CAIXA
9	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL À BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM FENILEFRINA 1:100.000 (CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8 ML)	200	CAIXA
10	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL À BASE DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 (CAIXA CONTENDO 5 BLISTERES COM 10 TUBETES DE 1,8ML)	60	CAIXA
11	ANESTÉSICO TÓPICO GEL À BASE DE BENZOCAÍNA 200MG/G (POTE COM 12G SABOR TUTTI-FRUTTI)	80	UNIDADE
12	ANTISSÉPTICO BUCAL À BASE DE DIGLUCONATO DE COLEXIDINA NA CONCENTRAÇÃO 0,12% (EMBALAGEM COM 1L)	200	UNIDADE
13	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (COMPOSIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACA AUTO-ENDURECÍVEL E RÍGIDA - CONTEÚDO: UM TUBO DE PASTA BASE COM 13G E UM TUBO DE PASTA CATALISADORA COM 11G + BLOCO DE MISTURA)	20	CAIXA
14	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO DE ALTA VISCOSIDADE PARA RESTAURAÇÃO, CONDENSÁVEL, RADIOPACO, QUIMICAMENTE ATIVADO, INDICADO PARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO ATRAUMÁTICA. (ART). TEMPO DE PRESA MÁXIMO DE 3 MINUTOS E 30 SEGUNDOS. COR A3 OU A3.5. CONJUNTO CONTENDO FRASCO DE PÓ COM, NO MÍNIMO, 12 G, FRASCO DE LÍQUIDO COM, NO MÍNIMO, 6 ML, COLHER DOSADORA.	120	CAIXA
15	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO (QUIMICAMENTE ATIVADO) EM CÁPSULAS. CAIXA COM 50 CÁPSULAS. COR A2.	80	CAIXA
16	CIMENTO RESTAURADOR À BASE DE IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL. EMBALAGEM COM 6G LÍQUIDO + 10G PÓ + ACESSÓRIOS)	60	CAIXA
17	CONDICIONADOR ÁCIDO PARA ESMALTE E DENTINA (GEL BAIXA VISCOSIDADE, DE BASE AQUOSA, CONTENDO ÁCIDO FOSFÓRICO 37%/ SERINGA 2,5ML).	300	UNIDADE
18	CUNHAS ANATÔMICAS DE MADEIRA SORTIDAS COLORIDAS (FABRICADAS EM MADEIRA ESPECIAL, COM FORMATO ANATÔMICO DA AMEIA, SEM FARPAS E TINGIDAS COM PIGMENTOS ATÓXICOS) / EMBALAGEM COM 100 UNIDADES)	100	CAIXA
19	CURATIVO ALVEOLAR COMPOSTO POR PRÓPOLIS 10%, IODOFÓRMIO 5%, CERA DE ABELHA E ESPESANTE/ APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 10 G OU DUAS SERINGAS DE 3 G COM 3 BICOS APLICADORES	28	FRASCO
20	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO (DETERGENTE À BASE DE QUATRO ENZIMAS- AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOHIDRASE) / EMBALAGEM CONTENDO 1L	120	FRASCO
21	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS CORPO EM PLÁSTICO COM HASTES METÁLICAS DE LATÃO.	20	UNIDADE



GOVERNO MUNICIPAL DE
PALMÁCIA



22	ESCOVAS DE ROBSON FORMATO CÔNICO, COM CERDAS MACIAS DE NYLON BRANCO OU PRETO	600	UNIDADE
23	ESCOVAS DE ROBSON FORMATO PLANO, COM CERDAS MACIAS DE NYLON BRANCO OU PRETO	1000	UNIDADE
24	ESCOVAS DENTAIS INFANTIS COM CABO ERGONÔMICO, CABEÇA FLEXÍVEL, CERDAS DE NYLON RETAS E MACIAS.	3.600	UNIDADE
25	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLISADA- OBTIDA DE GELATINA LIOFILIZADA REABSORVÍVEL E PESO NÃO SUPERIOR A 10 G (EMBALAGEM COM 10 UNIDADES)	40	CAIXA
26	FICHA CLÍNICA SIMPLES TAMANHO 10 X 14CM (PACOTE COM 100 UNIDADES)	10	PACOTE
27	FICHA PARA RX X 2 FUROS DE PAPEL 200G (EMBALAGEM COM 100 UNIDADES)	15	PACOTE
28	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO PERIAPICAL E- SPEED PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA- ORAIS (FILME TAMANHO 2, 3 X 4 CM)/ EMBALAGEM COM 150 PELÍCULAS	10	CAIXA
29	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL INSIGHT IP 01 PERIAPICAL PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA- ORAIS (FILME VELOCIDADE F, TAMANHO 01- 22 X 35 MM)/ EMBALAGEM COM 100 PELÍCULAS	5	CAIXA
30	FIO DENTAL (FIO DENTAL TRADICIONAL CLÁSSICO COM MICROFILAMENTOS EM VÁRIAS TORÇÕES) / EMBALAGEM COM 100 M).	100	TUBO
31	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA DE AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL 7 MM (0,5 X 7 X 500MM) / CAIXA COM 1 UNIDADE	60	CAIXA
32	FITA BANDA MATRIZ DE POLIÉSTER (EMBALAGEM COM 50 UNIDADES/ TAMANHO 10 X 120 X 0,5 MM)	50	PACOTE
33	FIXADOR ODONTOLÓGICO DESTINADO AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA- ORAIS FRASCO COM 475 ML	20	FRASCO
34	FLUOR GEL ACIDULADO (FLUOR FOSFATO ACIDULADO 1,23%, PIGMENTADO SABOR TUTTI-FRUTTI (EMBALAGEM COM 200 ML/ 208 G)	50	TUBO
35	FLUOR GEL NEUTRO (TRANSPARENTE, COM FLUORETO DE SÓDIO A 2%, SABOR (EMBALAGEM COM 200 ML/ 208 G)	150	TUBO
36	FORMOCRESOL (SOLUÇÃO CONSTITUÍDA POR MISTURA DE FORMALDEÍDO, O-CRESOL, GLICERINA E ÁGUA PURIFICADA)/ FRASCO COM 10 ML	15	FRASCO
37	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO CAPEADOR PULPAR PRÓ-ANÁLISE (COMPOSTO POR 100% DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PURO NA FORMA DE PÓ) / EMBALAGEM COM 10G	30	UNIDADE
38	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO COM COMPOSIÇÃO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLÍMEROS (EMBALAGEM COM 38 G DE PÓ + 15 ML DE LÍQUIDO)	28	CAIXA
39	OBTURADOR PROVISÓRIO, RADIOPACO, PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO DAS CAVIDADES DENTÁRIAS. CIMENTO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO/ SULFATO DE ZINCO. EMBALAGEM COM UNIDADE CONTENDO 20 G.	28	UNIDADE
40	ÓCULOS PROTEÇÃO, COMPOSIÇÃO LENTES DE POLICARBONATO, INCOLOR, ANTIEMBAÇANTE, HASTES DE PLÁSTICO COM REGULAGEM DE COMPRIMENTO, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO.	12	UNIDADE
41	ÓLEO LUBRIFICANTE SPRAY PARA PEÇAS DE MÃO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÕES, ATÓXICO E SEM FLUOR CLORO CARBONO)/ TUBO COM CONTEÚDO DE 200ML	50	UNIDADE
42	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO DUPLA FACE (CARTELA COM 12 UNIDADES)	150	CARTELA
43	PASTA PROFILÁTICA PARA PROFILAXIA DENTAL E POLIMENTO CORONAL SABOR MENTA OU TUTTI-FRUTTI (EMBALAGEM COM 90G)	80	UNIDADE
44	PEDRA POMES EM PÓ ABRASIVO EXTRA- FINO (EMBALAGEM COM 100G)	20	POTE
45	PONTAS DE SILICONE FLEXÍVEIS IMPREGNADAS COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS (CAIXA COM SETE PONTAS EM FORMATO DE CHAMA DE VELA)	20	CAIXA
46	PONTAS DE SILICONE FLEXÍVEIS IMPREGNADAS COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS (CAIXA COM SETE PONTAS EM FORMATO DE DISCO)	15	CAIXA
47	PONTAS DE SILICONE FLEXÍVEIS IMPREGNADAS COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS (CAIXA COM SETE PONTAS EM FORMATO DE TAÇA)	12	CAIXA
48	PLACA DE VIDRO 10 MM PARA USO ODONTOLÓGICO	12	UNIDADE
49	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SILICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A1 DENTINA	60	TUBO
50	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SILICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A2 ESMALTE	80	TUBO



GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA



51	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A2 DENTINA	80	TUBO
52	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3 ESMALTE	150	TUBO
53	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3 DENTINA	80	TUBO
54	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3,5 ESMALTE	60	TUBO
55	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR A3,5 DENTINA	100	TUBO
56	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES DE NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 20NM E ZIRCÔNIA DE 4-11NM COM AGLOMERADOS DE TAMANHO ENTRE 0,6 E 20 MICRÔMETROS, COM MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA E BIS-EMA. A CARGA DE PARTÍCULAS INORGÂNICAS REPRESENTA CERCA DE 72,5% POR PESO PARA CORES TRANSLÚCIDAS E 78,5% EM PESO PARA ESMALTE, CORPO E DENTINA. SERINGA DE 4 GR. COR B1 DENTINA	40	TUBO
57	REVELADOR ODONTOLÓGICO DESTINADO AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA- ORAIS FRASCO COM 475 ML	28	FRASCO
58	SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL (SELANTE RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM FLÚOR- SERINGA COM 2,5G)	80	UNIDADE
59	SISTEMA ADESIVO MONOCOMPONENTE FOTOPOLIMERIZÁVEL CONVENCIONAL DE DOIS PASSOS PARA ESMALTE E DENTINA (NANOPARTÍCULAS E SOLVENTE À BASE DE ETANOL) EMBALAGEM COM 6ML	120	FRASCO
60	SOLUÇÃO AQUOSA DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2%, PARA DESINFECÇÃO DE PREPAROS CAVITÁRIOS (FRASCO COM 100 ML)	100	FRASCO
61	SOLUÇÃO EVIDENCIADORA DE PLACA BACTERIANA A BASE DE FUCSINA. FRASCO COM 10ML	60	FRASCO
62	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA PARA USO TÓPICO, A BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO (FRASCO COM 10 ML)	30	FRASCO
63	SUGADOR ODONTOLÓGICO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL (TUBO E PONTEIRA ATÓXICOS, COM ARAME EM AÇO ESPECIAL. PONTEIRA MACIA E AROMATIZADA)/ EMBALAGEM COM 40 UNIDADES	800	PACOTE
64	SUGADOR/ ASPIRADOR ENDODÔNTICO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL (TUBO E PONTEIRA ATÓXICOS, PONTEIRA COLORIDA E MALEÁVEL)/ EMBALAGEM COM 20 UNIDADES	30	PACOTE
65	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL, EM MATERIAL PLÁSTICO, ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	500	UNIDADE
66	TIRA DE LIXA DE AÇO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE FACES PROXIMAIS (TAMANHO 125 MM X 6,0MM X 0,12 MM)/ CARTELA COM 12 UNIDADES)	20	CARTELA
67	TIRAS DE LIXA DE POLIÉSTER PARA- ACABAMENTO PROXIMAL DE RESTAURAÇÕES CAIXA COM 150 UNIDADES (COSTADO EM POLIÉSTER, COM COBERTURA DE MICROPARTÍCULAS DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO. POSSUI CENTRO NEUTRO PARA FACILITAR A INTRODUÇÃO NA AMEIA; GRANULAÇÕES: MÉDIA E FINA. DUAS GRANULAÇÕES EM UM ÚNICO PRODUTO.	50	CAIXA
68	TRICRESOL FORMALINA (SOLUÇÃO CONSTITUÍDA POR MISTURA DE FORMALDEÍDO, O-CRESOL, ALCOOL ETÍLICO 96° E ÁGUA PURIFICADA) / FRASCO COM 10 ML	15	FRASCO
69	VASELINA SÓLIDA (POMADA EM POTE COM 90 G OU EM BSNAGA COM 30G)	12	UNIDADE
70	VERNIZ DE FLÚOR (VERNIZ CONTENDO 5% DE FLUORETO DE SÓDIO EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS) (EMBALAGEM COM 10 ML DE FLUORNIZ + 10 ML DE SOLVENTE A BASE DE ALCOOL ETÍLICO)	18	CAIXA



GOVERNO MUNICIPAL DE
PALMÁCIA



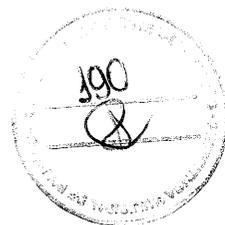
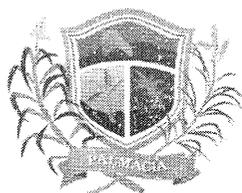
71	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADE (LÍQUIDO CLARO LIGEIRAMENTE AMARELADO, COM ODOR CARACTERÍSTICO, ARMAZENADO EM VIDRO DE 15 ML)	128	FRASCO
72	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 4	30	UNIDADE
73	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 6	80	UNIDADE
74	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 8	80	UNIDADE
75	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, CIRÚRGICA Nº 702C	120	UNIDADE
76	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, CIRÚRGICA Nº 8	80	UNIDADE
77	BROCA CARBIDE, EM AÇO INOXIDÁVEL, CIRÚRGICA Nº 6	100	UNIDADE
78	ESPELHO BUCAL CLÍNICO Nº 4 PRIMEIRO PLANO (SURFACE), SEM CABO	50	UNIDADE
79	LIMAS HEDSTROEM 1ª SÉRIE 25 mm (LIMA MANUAL EM AÇO INOXIDÁVEL, ELETROPOLIDA, COM APROXIMADAMENTE 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL, CABO FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO DO TIPO POLIAMIDA, DE ESPECIFICAÇÃO PA 6.6. SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA DE GOTA COM PONTA ATIVA E COM STOPS DE SILICONE.	30	CAIXA
80	PONTA DIAMANTADA CHAMA Nº 3118F PARA ACABAMENTO DE RESINA	100	UNIDADE
81	PONTA DIAMANTADA CÔNICA COM EXTREMIDADE INATIVA Nº 3082	100	UNIDADE
82	PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDO Nº 3033	100	UNIDADE
83	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1012	150	UNIDADE
84	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1012 HL	80	UNIDADE
85	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1014	150	UNIDADE
86	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1014 HL	80	UNIDADE
87	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1016	150	UNIDADE
88	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA (ALTA ROTAÇÃO) Nº 1016 HL	80	UNIDADE
89	PONTA DIAMANTADA Nº 3195F PARA ACABAMENTO DE RESINA	100	UNIDADE
90	PONTA DIAMANTADA PÊRA Nº 3168F PARA ACABAMENTO DE RESINA	150	UNIDADE
91	PONTA DIAMANTADA KIT ACABAMENTO GRANA FINA. EMBALAGEM C/ 7 PONTAS DIAMANTADAS SORTIDAS. NA NUMERAÇÃO 1112F, 3118F, 3168F, 1190F, 3195F, 2135F, 1093F	12	CAIXA

LOTE 02 - FOTOPOLIMERIZADOR

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID
1	FOTOPOLIMERIZADOR PARA POLIMERIZAÇÃO DE RESINAS (EQUIPAMENTO SEM FIO, COM DESIGN SUPERIOR E SONDA DE FIBRA ÓPTICA, TIMER DIGITAL COM AJUSTE DE TEMPO/ SISTEMA DE ILUMINAÇÃO TIPO LED, BIVOLT AUTOMÁTICO, INTERVALO DE COMPRIMENTO DE ONDA: 440nm – 480nm, INTENSIDADE DA LUZ: 1250 Mw/cm2 (PICO)	1	UNIDADE

LOTE 03 - MATERIAL PERMANENTE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID
1	AFASTADOR DE MINESSOTA INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	12	UNIDADE
2	ALAVANCA TIPO SELDIN 1L INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	12	UNIDADE
3	ALAVANCA TIPO SELDIN 1R INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	12	UNIDADE
4	ALAVANCA TIPO SELDIN RETA Nº 2, INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	16	UNIDADE
5	ALAVANCA APICAL RETA Nº 301, ADULTO, INSTRUMENTO CIRÚRGICO, NÃO CORTANTE, PRODUZIDO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	10	UNIDADE
6	APLICADOR DE CIMENTO IONOMERO DE VIDRO, AUTOCLAVÁVEL, PARA USO DE CÁPSULAS DE CIMENTO DE IONÔMERO TIPO RIVA.	5	UNIDADE
7	BANDEJA CLÍNICA ODONTOLÓGICA DE AÇO INOX TAMANHO 22 X 17 X 1,5 CM	20	UNIDADE
8	CAIXA METÁLICA ODONTOLÓGICA, APRESENTANDO AS SEGUINTE MEDIDAS 31X16X8, EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	8	UNIDADE
9	CAIXA METÁLICA ODONTOLÓGICA, APRESENTANDO AS SEGUINTE MEDIDAS 18X8X3, EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL	8	UNIDADE
10	BROQUEIRO DE ALUMÍNIO 15 FUROS ALTA E BAIXA ROTAÇÃO (MISTO) AUTOCLAVÁVEL	20	UNIDADE
11	BRUNIDOR PARA AMALGAMA Nº 29. FABRICADO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL RESISTENTE À AUTOCLAVEM	10	UNIDADE
12	BRUNIDOR PARA AMALGAMA Nº 33. FABRICADO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL RESISTENTE À AUTOCLAVEM	10	UNIDADE
13	CABO PARA BISTURI Nº 3 EM AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO 13 CM	12	UNIDADE
14	CABO PARA ESPELHO BUCAL - FABRICADO EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL RESISTENTE À AUTOCLAVEM COM ROSCA INTERNA COMPATÍVEL COM QUALQUER MARCA DE ESPELHO	20	UNIDADE



	BUCAL PLANO		
15	COLGADURA TOTALMENTE EM INOX, PRESILHA EM 45°.	12	UNIDADE
16	COLHER (ESCAVADOR) DE DENTINA Nº 17 AÇO INOXIDÁVEL	8	UNIDADE
17	COLHER (ESCAVADOR) DE DENTINA Nº 18 AÇO INOXIDÁVEL	10	UNIDADE
18	COLHER (ESCAVADOR) DE DENTINA Nº 19 AÇO INOXIDÁVEL. EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	10	UNIDADE
19	CURETA PERIODONTAL MC CALL 11-12 (AÇO INOXIDÁVEL/ PARTE ATIVA COM CORTES DOS DOIS LADOS). EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	8	UNIDADE
20	CURETA PERIODONTAL MC CALL 13-14 (AÇO INOXIDÁVEL/ PARTE ATIVA COM CORTES DOS DOIS LADOS). EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	8	UNIDADE
21	CURETA PERIODONTAL Nº 0-00 (PONTA MORSE) EM AÇO CIRÚRGICO INOXIDÁVEL	12	UNIDADE
22	DESCOLADOR DE MOLT Nº 2-4 UTILIZADO EM CIRURGIAS ODONTOLÓGICAS FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL GRAU CIRÚRGICO AUTOCLAVÁVEL	12	UNIDADE
23	ESPÁTULA SUPRAFILL Nº 1 (CABO MACIÇO/ AÇO INOXIDÁVEL)	18	UNIDADE
24	FÓRCEPS ADULTO Nº 16	6	UNIDADE
25	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	5	UNIDADE
26	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	5	UNIDADE
27	FÓRCEPS ADULTO Nº 65	8	UNIDADE
28	FÓRCEPS ADULTO Nº 1	5	UNIDADE
29	FÓRCEPS ADULTO Nº 69	7	UNIDADE
30	PINÇA CLÍNICA UNIVERSAL	20	UNIDADE
31	PORTA AMALGAMA EM PLASTICO OU NYLON, ISENTA DE REBARBAS, PROVIDO DE MOLA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM VOLTA A ZERO ESPONTÂNEA E AUTOCLAVÁVEL.	10	UNIDADE
32	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM PÉRIO E	8	UNIDADE
33	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM PÉRIO SUB	8	UNIDADE
34	PONTAS PARA APARELHO DE ULTRASSOM PÉRIO SUPRA	8	UNIDADE
35	PORTA-AGULHA MAYO 14 CM	20	UNIDADE
36	PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICA	12	UNIDADE
37	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO ADULTO AUTOCLAVÁVEL. KIT CONTENDO NO MÍNIMO 5 PEÇAS + POTE PARA ARMAZENAMENTO.	1	CONJUNTO
38	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO INFANTIL AUTOCLAVÁVEL. KIT CONTENDO NO MÍNIMO 5 PEÇAS +POTE PARA ARMAZENAMENTO.	1	CONJUNTO
39	SACA BROCAS UNIVERSAL PARA TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO, AUTOCLAVÁVEL.	4	UNIDADE
40	SERINGA ODONTOLÓGICA, TIPO SISTEMA CENTRIX, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, AUTOCLAVÁVEL, APLICAÇÃO INSERÇÃO DE MATERIAIS DENTÁRIOS. KIT COM 1 SERINGA E 30 PONTAS SORTIDAS, 10HV, 14LV E 6 AGULHAS.	5	UNIDADE
41	SONDA EXPLORADORA Nº 5 DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	12	UNIDADE

3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

3.1. A fiscalização do contrato é exercida no interesse do Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade/dano e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

3.2. As exigências da fiscalização da CONTRATANTE serão prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para aquele, cabendo a esta executar o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

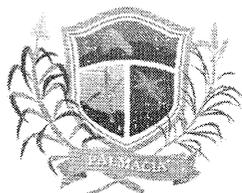
3.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar em todo ou em partes a prestação dos serviços em desacordo com as exigências deste Projeto Básico/Termo de Referência e do contrato de prestação de serviços a ser celebrado.

3.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado pela secretaria Contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93, doravante denominado gestor de contrato.

4. DAS OBRIGAÇÕES RESULTANTES DA CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:





4.1.1. Competirá ao Órgão Gestor do Registro de Preços:

I. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

II. Providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata;

III. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

IV. Aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:

a) Advertência.

b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

V. Cancelar o registro do fornecedor detentor do preço registrado, em razão do disposto Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 23/2018, de 28 de junho de 2018;

VI. Comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

4.2. DA DETENTORA DO REGISTRO:

4.2.1. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços fica obrigado a:

I. Atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência, mesmo que a execução do objeto esteja prevista para data posterior à do seu vencimento;

II. Fornecer os bens/serviços ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, mediante formalização de contrato, no prazo estabelecido na Ordem de Compra;

III. Responder no prazo de até 05(cinco) dias a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgãos/entidades não participantes de utilizar a Ata na condição de Órgão/Entidade Interessado;

IV. Estar ciente que os materiais/serviços adquiridos estarão sujeitos à aceitação pelo órgão recebedor, ao qual caberá o direito de recusar caso não esteja de acordo com o especificado e seja um produto de qualidade inferior ao solicitado.

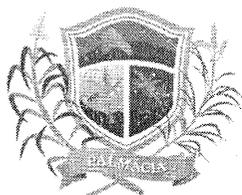
4.3. DA AUTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

4.3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta ao órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.3.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



4.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.3.7. É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

4.3.8. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital

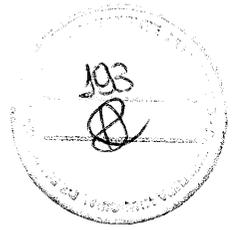
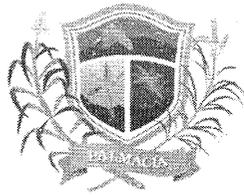
5. DAS OBRIGAÇÕES:

5.1. DA CONTRATANTE:

- a) Exigir do contratado o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como zelo na entrega/prestação dos bens/serviços e o cumprimento dos prazos.
- b) Rejeitar os serviços/objetos que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Projeto Básico/Termo de Referência.
- c) Ceder local apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos.
- d) Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Contrato, instrumento equivalente ou Nota de Empenho.

5.2. DA CONTRATADA:

- a) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carregos e descarregos, decorrentes do da execução dos serviços/fornecimento dos itens, sem qualquer ônus para a Contratante.
- b) Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo deste serviço/compra, de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- c) Substituir às suas expensas, todo e qualquer bem/serviço entregue/executado em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu desempenho dentro do período de garantia ou prazo de validade.
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do item ou durante a execução dos serviços.
- e) Responsabilizar-se pela fiel entrega e execução dos itens/serviços no prazo estabelecido.
- f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações ou orientações se obriga a atender prontamente.
- g) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- h) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante.
- i) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros em virtude do objeto do contrato a ser firmado.



j) Não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da contratante

6. DA ENTREGA/EXECUÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS:

6.1. Os fornecimentos objeto desta licitação deverão ser executados/entregues em estrita conformidade com as normas técnicas, atendidas as especificações e demais elementos constantes deste instrumento para execução/entrega dos serviços/itens/produtos.

6.2. As demais exigências a serem cumpridas são as seguintes:

- a) Indicar nome, telefone(s), fax e/ou e-mail do responsável para tratar de assuntos relacionados à contratação e fornecimento dos produtos/itens;
- b) Refazer/substituir às suas custas, em prazo a ser acordado com a contratante, todos os itens que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela fiscalização da contratante;
- c) Primar pela imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela contratante, na entrega dos produtos/itens;
- d) Ressarcir eventuais prejuízos causados à contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, na entrega dos serviços/produtos/itens;
- f) Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais/produtos até o(s) local(is) de entrega;

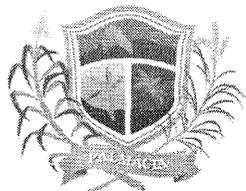
7. DOS REQUISITOS RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. No instrumento convocatório, edital de licitação, deverá ter a(s) seguinte(s) exigência(s) relativa(s) a qualificação técnica:

7.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida em cartório do assinante, comprovando que a licitante executou/entregou/forneceu serviços/bens/produtos compatíveis em características com o objeto desta licitação;

7.1.2- Apresentar Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária Estadual/Municipal/Distrital) vigente.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DESTES PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA: Clara Herminia Dias Barbosa - Ordenadora de Despesas da Secretaria de Saúde.



**GOVERNO MUNICIPAL DE
PALMÁCIA**



**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

AO PREGOEIRO DO GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA/CE.

Processo: PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019
 Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas
 Razão Social: _____ CNPJ: _____
 Endereço: _____ CEP: _____
 E-mail: _____
 Fone: _____ Fax: _____
 Banco: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: _____

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR GLOBAL: R\$ (-----).

PRAZO DE INICIO DE EXECUÇÃO/ENTREGA DOS ITENS/SERVIÇOS/PRODUTOS: Em até 05 (CINCO) DIAS corridos, a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS/COMPRAS E/OU AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO, nos locais determinados pela solicitante.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

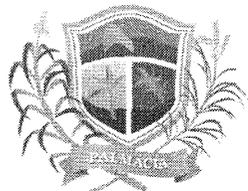
Observações:

- O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução/entrega dos serviços/bens/produtos, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução/entrega dos serviços/bens/produtos.

Local/Data:, de de

**Assinatura Proponente
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal**





ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 01 – MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

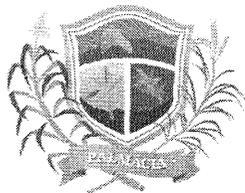
OUTORGANTE: <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

OUTORGADO: <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

PODERES: O outorgante confere ao outorgado(a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA, Estado do Ceará, relativo a PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e edital.

DECLARAÇÃO

....., **inscrito no CNPJ nº**....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto na PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019 que:

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Palmácia, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Palmácia, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

c) **que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação** para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e edital.

DECLARAÇÃO

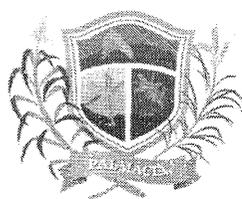
....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto na PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019 que:

- (1) que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório;
- (2) que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e objeto a ser contratado no presente certame licitatório;
- (3) que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

pelos que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019
VALIDADE: _____ (_____) meses.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PALMÁCIA**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o N.º 07.711.666/0001-05 e CGF sob o N.º 06.920.202-8, com sede de seu Governo Municipal na 7 de setembro, nº 635, Centro-Cep:62.780.000 - Palmácia - Ceará, através da **SECRETARIA DE**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, C.P.F. N.º _____, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Presencial Nº PPRP-22/2019, bem como, a respectiva homologação datada de _____, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº PPRP-22/2019**, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, e da Lei 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata o **Registro de preços visando aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanentes, para atender as necessidades das unidades básicas de saúde, junto à secretaria municipal de saúde, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e edital**, do processo originário, no qual restaram classificados em primeiro lugar os licitantes signatários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata terá validade de **12 (DOZE) meses**, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

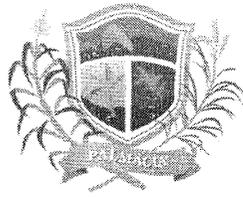
4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Órgão Gerenciador, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados, a especificação dos bens, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no ANEXO III da presente ata, em ordem de classificação das propostas.

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

6.1. Os bens/itens/produtos/serviços objeto do presente registro de preços quando eventualmente contratados, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação



pertinente, deverão ser entregues/executados nos locais indicados na autorização de fornecimento ou ordem de serviços/compras.

6.2- DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Os bens/itens/produtos/serviços licitados deverão ser entregues/executados até **05 (cinco) dias** corridos, a contar da expedição da ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO pela administração, no local determinado na ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO.

6.2.1. Os itens/serviços deverão ser entregues no local discriminado na ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO emitido pela Secretaria Gestora;

6.2.3. Os bens/itens/produtos/serviços licitados deverão obedecer a um cronograma de entrega/execução, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO pela administração, no local indicado na autorização de fornecimento pela administração;

6.2.4. Os itens/serviços serão recebidos/acompanhados por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

6.2.5. O fornecimento dos bens/serviços licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE SERVIÇOS/COMPRAS/ FORNECIMENTO DE AUTORIZAÇÃO/EXECUÇÃO, pela Secretaria Gestora, constando a quantidade de produtos/serviços a serem **entregues/executados** em até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de recebimento da ordem de compra/serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2. As contratações dos bens/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através de Ordem de Execução/Fornecimento, emitida pela Administração Municipal, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3. Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

7.4. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

7.5. A Ordem de Execução/Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

7.6. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Fornecimento/Serviços, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

8.1 O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os bens/serviços pelo MUNICÍPIO, na proporção da entrega/execução dos serviços/produtos/bens licitados, segundo as autorizações de fornecimento/execução ou ordens de compra/serviço expedidas, de conformidade com



as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas as condições e especificações do Projeto Básico/Termo de Referência do Anexo I do Instrumento Convocatório, a proposta e os preços devidamente registrados no anexo I deste instrumento.

8.2. Por ocasião da aquisição dos produtos o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Governo Municipal de Palmácia-CE, com endereço na **Praça 7 de Setembro, nº 635, Centro, CEP: 62.780-000 - Palmácia - Ceará, inscrito no CNPJ sob o N.º 07.711.666/0001-05 e CGF sob o N.º 06.920.202-8.**

8.3. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos subitens anteriores, observadas as disposições editalícias e desta ata.

8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.3.2. Para cada Ordem de Serviço/Compra/Autorização de Execução/Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

8.3.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

8.3.4. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.4. Os preços registrados na presente ata não serão objeto de reajuste antes de decorridos 01 (um) ano de seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de compra, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

8.5.1. Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

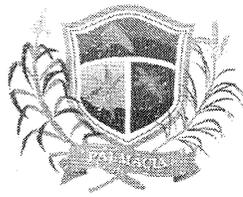
8.5.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

8.5.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO convocará as demais empresas com preços registrados para o item/lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

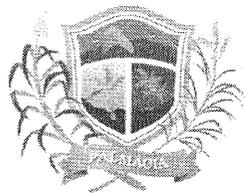
8.5.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente do Governo de Palmácia.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:



- a) executar o fornecimento dos produtos/bens/serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta Ata e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) entregar/executar os bens/produtos/serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- g) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- h) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- i) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos bens/serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- j) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive, considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- k) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- l) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- m) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- n) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no projeto básico/termo de referência, no Edital ou na Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra, com os bens entregues, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- o) providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o MUNICÍPIO, a correção ou substituição, dos bens que apresentem defeito durante o período de garantia;
- p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;
- q) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- r) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos bens/serviços até o(s) local(is) de



entrega/execução;

s) manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

9.2. São responsabilidades do Fornecedor ainda:

a) toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

b) toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento/serviço, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

9.3. Todos os bens deverão ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de bens reutilizado ou recondicionado;

9.4. A falta de quaisquer dos bens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/executados os bens/serviços.
- b) permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega/execução desde que observadas as normas de segurança;
- c) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.
- d) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO DA ATA

11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e as disposições do Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. pelo MUNICÍPIO:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) quando o Fornecedor não assinar a Ordem de Serviço/Fornecimento no prazo estabelecido;



- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- f) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Execução/Fornecimento decorrente deste Registro;
- 12.1.2. pelo FORNECEDOR:
- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.
- 12.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.
- 12.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 12.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no afixação do flanelógrafo da Comissão de Licitação ou em Jornal de Circulação Local, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 12.5. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.
- 12.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ordem de serviço/fornecimento já emitida.
- 12.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item/lote.
- 12.7. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

- 13.1. Na hipótese de descumprimento, por parte da fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:
- 13.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Palmácia e será descredenciado no Cadastro do Governo de Palmácia pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:
- I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do registro de preços:
- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.2- multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;
- 13.1.3- multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;



13.2- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei nº 10.520/02, as seguintes penas:

13.2.1- advertência;

13.2.2- multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

13.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

13.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

13.5. A falta dos bens/serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor da Secretária Municipal interessada, à época da expedição das competentes ordens de serviços/compra/autorizações de fornecimento/execução.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA AUTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

16.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta ao órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

16.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

16.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o



órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

16.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

16.7. É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

16.8. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

17.1.2. Integram esta Ata os seus anexos, o Edital de Pregão Presencial que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas.

17.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

17.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

17.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

17.4. O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA DEZOITO - DO FORO

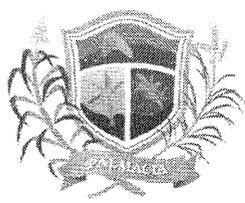
18.1. O foro da Comarca de Palmácia é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Instrumento, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palmácia-Ce, ___ de ___ de ___.

MUNICÍPIO DE PALMÁCIA
<NOME DO SECRETÁRIO GESTOR>
Secretário de <Secretaria>
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE PALMÁCIA
<NOME DO SECRETÁRIO GESTOR>
Secretário de <Secretaria>



**GOVERNO MUNICIPAL DE
PALMÁCIA**



<NOME DA EMPRESA>
<NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA>
DETENTOR DO REGISTRO DE PREÇOS

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____





ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº *****

RELAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS INTERESSADAS

01. SECRETARIA DE *****
SECRETÁRIO(A) *****



ANEXO II À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

01. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

FAX:

REPRESENTANTE:

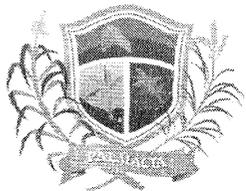
RG:

CPF:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:



ANEXO III À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS, QUANTITATIVOS E EMPRESAS
FORNECEDORAS

DATA: __/__/____

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº, celebrada entre o MUNICÍPIO DE PALMÁCIA e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados, em face à realização do Pregão Presencial N.º PPRP-22/2019

LICITANTE VENCEDOR: _____ CNPJ Nº _____



ANEXO IV À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DO CADASTRO DE RESERVA

Conforme item 8.12 do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº _____**, segue abaixo relação nominal dos componentes do cadastro de reserva da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____**.

01. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

BANCO:

FAX:

RG:

CPF:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

7



**GOVERNO MUNICIPAL DE
PALMÁCIA**



**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO Nº:**

O **MUNICÍPIO DE PALMÁCIA/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 07.71166/0001-05 e CGF sob o nº 06.920.202-8, com sede de seu Governo Municipal na à Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, Cep:62.780-000 Palmácia/CE, através da **SECRETARIA DE XXXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) o Sr(a). **XXXXXXXXXXXX**, aqui denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº PPRP-22/2019, em conformidade com o Decreto Municipal nº 002/2017 de 04 de Janeiro de 2017, a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANEXO I** do Edital do Processo licitatório Pregão Presencial Nº **PPRP-22/2019**, no qual encontram-se especificados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ ____ (___), a ser pago na proporção da entrega/execução dos produtos/serviços licitados, segundo as ordens de serviços/compras/autorizações de fornecimento/execução expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste.

3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

3.5. Por ocasião do fornecimento deverá ser apresentado recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do(a) Governo Municipal de Palmácia-CE, com endereço na Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, Cep:62.780-000 Palmácia/CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.77.666/0001-05 e CGF sob o nº 06.920.202-8.





GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA



ANEXO V MINUTA DO CONTRATO Nº:

O **MUNICÍPIO DE PALMÁCIA/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 07.71166/0001-05 e CGF sob o nº 06.920.202-8, com sede de seu Governo Municipal na à Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, Cep:62.780-000 Palmácia/CE, através da **SECRETARIA DE XXXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) o Sr(a). **XXXXXXXXXXXX**, aqui denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº PPRP-22/2019, em conformidade com o Decreto Municipal nº 002/2017 de 04 de Janeiro de 2017, a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONSUMO E PERMANENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANEXO I** do Edital do Processo licitatório Pregão Presencial Nº **PPRP-22/2019**, no qual encontram-se especificados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ ____ (___), a ser pago na proporção da entrega/execução dos produtos/serviços licitados, segundo as ordens de serviços/compras/autorizações de fornecimento/execução expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste.

3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

3.5. Por ocasião do fornecimento deverá ser apresentado recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do(a) Governo Municipal de Palmácia-CE, com endereço na Praça 7 de setembro, nº 635, Centro, Cep:62.780-000 Palmácia/CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.77.666/0001-05 e CGF sob o nº 06.920.202-8.





CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até xxxxxx de 20____, nos termos da Lei nº 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos do Decreto Municipal nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 23/2018, de 28 de junho de 2018.

4.2. No caso do objeto do presente contrato, ser entregue/executado na sua totalidade, antes da data de término do contrato, fica o referido contrato automaticamente expirado.

4.3. Independente da quantidade de cada item deste contrato à administração ficará no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária.

4.4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Os itens licitados deverão ser executados/entregues no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS** a contar da expedição da ORDEM DE SERVIÇO/COMPRA/FORNECIMENTO pela administração, de segunda a sexta-feira, no local determinado na ORDEM DE SERVIÇO/COMPRA/FORNECIMENTO emitida pela Secretaria Competente;

4.4.1. A ordem de serviço/compra ou autorização de fornecimento/execução será emitida será via fax ao seu numero de telefone ou via e-mail ao seu endereço eletrônico, ficando o mesmo obrigado a confirmar o recebimento também via fax e/ou email com assinatura/nome e CPF do funcionário que recebeu, sujeito as penalidades especificadas neste edital.

4.4.2. Os serviços/itens/produtos/bens serão analisados por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que emitirá o atesto declarando a execução/fornecimento dos serviços/produtos/bens.

4.4.3. No caso de constatação da inadequação dos serviços/produtos/bens prestados/entregues às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.4.4. O aceite dos serviços pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos serviços a serem prestados.

4.4.5. Os bens/serviços/produtos licitados deverão obedecer a um cronograma de execução/entrega, executados/entregues de forma fracionada, de acordo com a necessidade e conveniência do órgão interessado e disponibilidade financeira durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE SERVIÇOS/COMPRAS, pela Secretaria Gestora, constando o local e a quantidade de serviços/bens/produtos a serem prestados/entregues.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

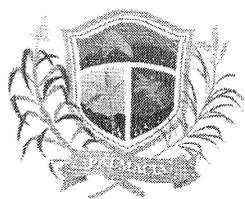
5.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações correrão à conta de recursos contidos dotações orçamentárias:, consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes de cada Órgão/Entidade participante do **SRP (Sistema de Registro de Preços)**.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal n.º 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 005/2017.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

a) executar/entregar o serviço/item/produto/bem licitado dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;



b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do serviço;

c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

f) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

g) executar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;

h) comunicar antecipadamente a data e horário da execução, não sendo aceitos os bens/produtos/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

n) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os bens/produtos/materiais/serviços recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no projeto básico/termo de referência, no Edital ou na Proposta do Contratado;

o) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;

q) manter, durante a vigência da Ata de SRP/contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.2. No caso de constatação da inadequação dos bens/produtos/serviços prestados às normas e exigências especificadas no Projeto Básico/termo de Referência, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário a execução/entrega dos bens/serviços/produtos, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;



6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da execução/entrega dos serviços/bens/produtos, não mantiver a Proposta de Preços, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com este Município e será descredenciado no Cadastro deste Governo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na execução de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de serviço no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da execução dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

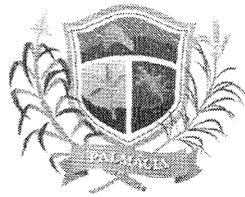
7.4. A falta dos bens não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.5. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

7.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.



8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DEZ - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Palmácia é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Procuradoria Geral do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palmácia-CE, ___ de ___ de ____.

<NOME DO SECRETÁRIO GESTOR>
SECRETÁRIO DE <SECRETARIA>

<NOME DA EMPRESA>
<NOME DO REPRESENTANTE>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF. Nº _____

2. _____ CPF. Nº _____